

PRÊMIO
ABERJE
2019

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 57
OUT/NOV 2020

#460

BRASIS DE EXCELÊNCIA:
FORÇA NAS COOPERATIVAS

ELEIÇÃO 2020: BOLSONARO
ESTÁ FORA DO JOGO?

ENTREVISTA

Boris Fausto

"Maior temor no cenário político é ausência de um líder nacional de oposição."

SAÚDE

Estudo científico

Quanto mais mulheres na política,
menor é a mortalidade infantil

De frente com a crise

PANDEMIA IMPLODE OS CAMINHOS
DO CRESCIMENTO, ALÉM DE OBRIGAR
O ESTADO A ENXUGAR GASTOS
E CONTER A DESIGUALDADE



R\$15,90



ABRAÇO DE IRMÃ.

FECOMERCIO-SP

Qualicorp

PROTEJA O ESSENCIAL

com um plano de qualidade
que cabe no seu bolso.

Só com a Qualicorp e com a FECOMERCIO-SP
você, **Empregador do Comércio**, tem condições
especiais na adesão de um dos melhores planos
de saúde do Brasil.

A partir de:

R\$ **331¹**

SulAmérica
Saúde

bradesco
saúde

Central Nacional
Unimed

amil

Ligue:
0800 799 3003

Se preferir, simule seu plano em
qualicorp.com.br/oferta.

*R\$330,11 - Plano Qualicorp Estilo Nacional ADS I - E (EA) (registro na ANS nº 482.202/19-1), da Central Nacional Unimed, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva, abrangência geográfica de atendimento nacional (tabela de Maio/2020 - SP). A disponibilidade e as características da rede médica e/ou do benefício especial podem variar conforme a operadora de saúde escolhida e as condições contratuais do plano adquirido. Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as condições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Agosto/2020.

SulAmérica:
ANS nº 006246

Bradesco Saúde:
ANS nº 005711

Central Nacional Unimed:
ANS nº 339679

Amil:
ANS nº 326305

Qualicorp
Adm. de Benefícios:
ANS nº 417173



PB | #460

A pandemia piorou os indicadores econômicos, que já não eram bons, e deixou o País em um momento crucial: quais os caminhos devem ser trilhados para a retomada do crescimento? Responder a tal questão implica definir o tamanho do Estado que queremos para as próximas décadas e as consequentes reformas necessárias para que esse Estado se efetive. Não são questões simples e, sejam quais forem as respostas, vão demandar muito de todos os brasileiros.



QUER FICAR POR DENTRO DAS NOSSAS NOVIDADES?

ASSINE A NOSSA NEWSLETTER. BASTA APONTAR O SEU CELULAR PARA ESTE CÓDIGO QR.

www.revistapb.com

@pbrevista @pbrevista

@pb_revista @fecomerciosp

OUÇA O NOSSO PODCAST. DISPONÍVEL NO SITE DA REVISTA, DEEZER E SPOTIFY.

UMA REVISTA PARA CLICAR, OUVIR E LER.

ACESSE

www.revistapb.com.br

OUÇA O PODCAST REVISTA PB

deezer Spotify





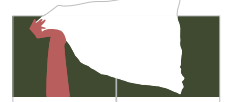
Agora, você pode conferir conteúdos exclusivos da **PB** no site ou no nosso podcast.

Ouvimos especialistas, de diversas áreas do conhecimento, sem deixar de retratar a realidade dos anônimos que protagonizam a história brasileira de todos os dias.

Em pauta, os desafios políticos, socioeconômicos e culturais do País.

Além de impressos, somos digitais.

QUER LER E OUVIR AS NOSSAS PÁGINAS?

	8	Capa	CAMINHOS E DESCAMINHOS DA RETOMADA DO CRESCIMENTO
	14	Economia	ALTERNATIVAS VIÁVEIS PARA O PAÍS
	18	Entrevista	BORIS FAUSTO ANALISA A CENA POLÍTICA
	26	Site PB	SUGESTÕES DE CONTEÚDOS EXCLUSIVOS ONLINE
	28	Brasis de excelência	PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA INVESTE NA CAPACITAÇÃO DAS COOPERATIVAS
	34	Artigo	"UM PAÍS EM CIMA DO MURO", POR DANIEL BUARQUE
	35	Artigo	"QUEBRA-CABEÇA NA POLÍTICA", POR PAULO DELGADO
	36	Política	ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO FOCO
	40	Ciência	MAIS MULHERES, MENOS MORTALIDADE INFANTIL
	42	Resenha	"BRASIL: PARAÍSO RESTAURÁVEL", POR MÔNICA SODRÉ
	44	História	A REVOLUÇÃO QUE SAIU DA FRANÇA E CHEGOU ATÉ O PORTO
	46	Charge	JEAN GALVÃO

EFICIÊNCIA OU FALÊNCIA

Aprender com os erros do passado tem sido uma lacuna na cultura administrativa da classe política do País. Coleccionamos tropeços políticos e turbulências macroeconômicas – domésticas e externas –; ainda assim, o Estado prossegue com desajustes. Resta-nos uma constatação: o Brasil parece nunca estar pronto para “decolar”.

Quando, finalmente, há sinais de estabilidade socioeconômica de médio prazo, somos arremessados para o fim da fila quanto a planejamento. E, cá estamos, mais uma vez, na “sala de espera” aguardando as soluções que dependem de coerência dos gestores públicos. É o que **Problemas Brasileiros** trata nesta edição, ao levantar o que, ao longo das últimas décadas, vem acontecendo com o País e como está sendo conduzida a crise do covid-19.

A pandemia nos pegou despreparados – assim como aconteceu em muitos outros países. Por aqui, no entanto, já registrávamos um precedente desestabilizador: queda de quase 7% do PIB no biênio 2015-2016. Teremos, em 2020, o pior crescimento dos últimos 20 anos. Desde 2014 sem conseguir fechar um ano com superávit primário, o Brasil terá de assumir a urgência de ajustes nos gastos públicos, com critérios que não prejudiquem, mais ainda, as áreas que já sofrem com dívidas sociais históricas do Estado. Afinal, a sociedade segue pagando o alto custo das tentativas incompletas do governo. Uns à espera de uma cirurgia adiada pelo SUS; outros, abatidos pelo desemprego.

Tendo o Estado um orçamento com 94% dos recursos destinados às despesas obrigatórias, antes de qualquer outra reforma, é preciso encarar a Administrativa: ou redesenhamos o tamanho do Estado ou estaremos fadados à falência.

Para iluminar expectativas de um Brasil mais promissor, ouvimos especialistas de variadas vertentes. Construir consenso é um processo árduo, mas imprescindível para trilhar o caminho correto. A “esperança de tudo se ajeitar” permanece na luta diária dos brasileiros. Para que essa esperança não seja novamente frustrada, a discussão precisa focar na meta de fazer da eficiência o predicado mais importante do País.

ABRAM SZAJMAN,

presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI?

A maior crise econômica a atingir o Brasil em duas décadas está forçando o País a acelerar medidas para redesenhar o tamanho do Estado e o seu custo à sociedade. Em meio a isso tudo, ganha espaço também a discussão sobre aumento de gastos públicos e como equilibrar ajuda aos mais pobres com um orçamento que deixa pouco espaço livre para o governo investir.

texto DANIELLE BRANT

U

Uma crise que não tem como origem um desequilíbrio no mercado financeiro, ou gestão desastrosa da economia, vai levar o Brasil ao pior crescimento em, ao menos, 20 anos, e exigir que o País acelere reformas estruturantes para se recuperar. Isso porque fomos abatidos por uma forte turbulência que levou economistas a procurarem soluções fora dos tradicionais manuais usados em situações de escassez de demanda e paralisação da atividade em um curto espaço de tempo. Resultado: o governo federal teve dificuldades em dar uma resposta rápida e coordenada à retração abrupta da economia.

Pouco mais de seis meses depois de dizer que com R\$ 5 bilhões o País conseguiria aniquilar o coronavírus, o ministro Paulo Guedes (Economia) se vê com uma dívida que deve saltar de 75% para quase 100% do Produto Interno Bruto (PIB). O déficit que deveria encerrar o ano em R\$ 124 bilhões, meta antes da pandemia, já chegou a R\$ 700 bilhões. A pandemia mostrou que medidas contidas em livros de economia não funcionam no contexto atual, na avaliação de André Nahoum, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). “É uma crise que levou à interrupção abrupta da produção, circulação e consumo. Não adianta gerar demanda se ninguém sai de casa para consumir. Não adianta gerar emprego se as pessoas não saem para trabalhar”, resume.

Reescrever o manual de combate a crises em um governo dito liberal significou adotar políticas de facilitação do crédito para empresas e estabelecer um auxílio emergencial de R\$ 600 para tentar “conter a sangria” na renda de trabalhadores informais que se viram, de um dia para o outro, sem demanda para os seus serviços. As medidas amorteceram o baque sobre o PIB. Em estimativas do mercado, coletadas semanalmente pelo Banco Central (BC) com consultorias de mercado, a crise sanitária de covid-19 vai ceifar 5,3% do PIB

brasileiro em 2020 – só no segundo trimestre, o tombo foi de 9,7% em relação aos três meses anteriores.

O maior problema é que essa crise encontra um país cuja economia vinha patinando após enfrentar uma de suas piores recessões, no biênio 2015-2016, quando quase 7% do PIB foram perdidos como reflexos de medidas equivocadas adotadas no governo Dilma Rousseff. Até então, o Brasil vinha construindo, desde os anos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), um arcabouço financeiro sólido que permitiu absorver choques externos relevantes, como a crise internacional provocada pelas hipotecas *subprime* nos Estados Unidos.

LINHA DO TEMPO

Para chegar a esse ponto, o País precisou lidar com vulnerabilidades evidenciadas por sucessivas crises internacionais – a primeira, poucos meses após o Brasil lançar sua décima segunda moeda, com a implantação do Plano Real, em julho de 1994. O México se viu, naquele ano, às voltas com um ataque especulativo contra o peso. Para estabilizar a economia, queimou parte relevante de suas reservas internacionais e abandonou o sistema de bandas de flutuação da moeda, desvalorizando o peso em relação ao dólar. A decisão intensificou a fuga de capitais e teve efeito dominó sobre outras economias latino-americanas.

O Brasil de 1994 tentava vencer a instabilidade política do processo de impeachment que tirou Fernando Collor de Mello da presidência. Governado por Itamar Franco, o País começava a dominar a hiperinflação, por meio de uma paridade do real com o dólar. Diante da iminência de um choque, o BC vendeu reservas internacionais para conter o movimento especulativo no País. Foram queimados US\$ 10 bilhões em seis meses: o patamar despencou para US\$ 31,9 bilhões em abril de 1995 – para efeito de comparação, em julho deste ano, a posição era de US\$ 348,8 bilhões.

O nível era considerado preocupante, pois, naquele momento, o endividamento externo do País era de US\$ 148,3 bilhões, segundo dados do BC. Apesar da turbulência, não houve impacto sobre o PIB brasileiro, que cresceu 4,2% em 1995, já sob comando do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Duas crises atingiram o País em 1997 e 1998, também motivadas por fuga de capital estrangeiro e outras duas turbulências, a asiática e a russa, que ajudaram a reduzir as reservas internacionais e ampliaram a dívida externa. O País precisou pedir socorro ao exterior. Em novembro de 1998, fechou acordo para receber ajuda financeira de US\$ 41,5 bilhões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras entidades multilaterais.

EFEITO CUMULATIVO COM A CRISE DA ERA DILMA AGRAVA A SITUAÇÃO E PODE LEVAR O PIB A ENCERRAR O ANO EM TORNO DE 10% ABAIXO DO PATAMAR DE 2014

Os sucessivos ataques especulativos levaram o governo brasileiro a rever a ancoragem cambial que atrelava o real ao dólar e a desvalorizar a moeda brasileira. Para segurar os investidores, o Banco Central lançou mão da política monetária e, em março de 1999, o Brasil tinha taxa de juros de 45% a.a., fechando o ano com inflação de 8,9%. “Foi uma crise mundial que pegou o Brasil em condições extremamente desfavoráveis, sobretudo em termos de reservas cambiais”, afirma Antonio Lanzana, copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP.

O reflexo foi o pífo crescimento brasileiro em 1998 e 1999: o PIB avançou 0,4% e 0,5%, respectivamente. O País também perdeu ainda mais as reservas, que atingiram US\$ 28,3 bilhões em junho de 2000. No mesmo ano, por falta de investimento no setor elétrico, instaurou-se uma crise no fornecimento de energia, obrigando a população a racionar o consumo. O PIB – que ensaiou recuperação em 2000 –, ao crescer 4,4%, voltou a patinar e avançou apenas 1,4% no ano seguinte, afetado pelo aumento da aversão a risco no mundo após os ataques terroristas de 11 de Setembro e pela crise política argentina.

Internamente, o País viveu forte instabilidade em 2002 por causa da preocupação do mercado financeiro com a primeira eleição do ex-presidente Lula. Eleito, o petista indicou que manteria o cerne da diretriz econômica de FHC, levando o País a um relativo período de tranquilidade econômica – embora pontuado por escândalos políticos, como o do mensalão (compra de votos pelo governo para garantir apoio no Congresso).

As finanças foram reforçadas, e o Brasil construiu um colchão de reservas que alcançou US\$ 200 bilhões em 2008, pouco antes da crise financeira do *subprime*. Para evitar o espriamento do caos na economia brasileira, o governo lançou mão de incentivos, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis e eletrodo-

mésticos, cortando compulsórios de bancos, em tentativa de liberar recursos para empréstimos. Também reduziu a taxa de juros de 13,75% em janeiro de 2009 para 8,75% em setembro do mesmo ano, como forma de estimular a economia.

Lula definiu a turbulência como uma “marolinha”. Lanzana, da FecomercioSP, discorda. “Não foi ‘marolinha’, teve impacto no mundo todo, mas tínhamos condições mais favoráveis em termos de reservas internacionais. Além disso, a dívida estava sob controle, uma situação bem mais confortável do que a que temos hoje.”

Em 2008, quando o PIB norte-americano ficou praticamente estável, com queda de 0,1%, o Brasil cresceu 5,1%. No ano seguinte, enquanto Estados Unidos caíam 2,5%, a economia brasileira recuava 0,1%. No último ano do petista no governo federal (2010), o Brasil cresceu a 7,5%. O receio de uma pressão inflacionária fez o governo elevar novamente a taxa de juros para 10,75% a.a. – a inflação encerrou o ano a 5,91%, perto do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que era de 6,5%. A dívida externa bruta era de US\$ 256,9 bilhões, mas as reservas internacionais somavam US\$ 288,6 bilhões.

No período que presidiu o País, Lula basicamente manteve a política econômica de FHC no primeiro mandato, alterando-a, porém, no segundo – como fomento a crédito, aumento real do salário mínimo e expansão dos gastos públicos. Isso mudou com a ex-presidente Dilma Rousseff, que procurou imprimir um tom mais desenvolvimentista. Dilma também

se notabilizou por uma maior intervenção em alguns setores, como no elétrico, ao renovar antecipadamente as concessões de geradoras e transmissoras de energia que venceriam em 2015, com redução de tarifas que seriam compensadas por aportes do Tesouro.

Em outra diretriz controversa, a presidente pressionou os bancos públicos a reduzirem a taxa de juros em empréstimos, acompanhando a queda da Selic. O juro básico atingiu 7,25% em novembro de 2012 e foi mantido neste patamar até abril de 2013, quando o aumento da inflação forçou o Banco Central a rever a política monetária e a elevar a taxa. No fim do primeiro mandato da petista, em 2014, a inflação estava em 6,41% – perto dos 6,5% de banda superior da meta do CMN. A Selic, que era mantida em 11% até as urnas, não impediu sua reeleição, terminando o ano em 11,25%.

A pressão por reduzir juros em um cenário de inflação sem controle está na raiz da recessão que provocaria uma retração de quase 7% da economia brasileira em 2015 e 2016 e que serviu de combustível para o impeachment de Dilma.

Logo nos primeiros meses de mandato, a presidente tentou fazer um ajuste fiscal, cortando gastos, alterando regras do seguro-desemprego e elevando impostos, como o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O choque aumentou o desgaste com a sociedade, que também via o desemprego crescer mês após mês. A taxa de desocupação medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) saltou de 6,5% no fim de 2014 para 11,2% no trimestre encerrado em maio de 2016, quando a presidente foi afastada do comando do País por acusações de promover “pedaladas fiscais” (atraso de repasses do Tesouro a bancos públicos para maquiagem a situação fiscal do País). Dilma foi substituída pelo vice, Michel Temer (MDB).

Com o impeachment consumado, em agosto de 2016, o governo Temer começou, então, a implementar uma agenda mais liberal e conseguiu aprovar o teto de gastos, que limita o aumento do gasto público à variação da inflação do ano anterior. Foi aprovada também a Reforma Trabalhista.

O quadro mais favorável às mudanças foi alterado com o vazamento de uma conversa entre o então presidente e o empresário Joesley Batista, um dos donos da JBS. A notícia derrubou o mercado financeiro no Brasil e enterrou qualquer chance do governo Temer levar adiante a Reforma da Previdência, após o apoio no Congresso se esvaír. A gestão de Temer conseguiu imprimir na economia brasileira um

COM AUMENTO DE GASTOS, O DÉFICIT PRIMÁRIO, QUE DEVERIA ENCERRAR O ANO EM R\$ 124 BILHÕES, VAI SUPERAR R\$ 700 BILHÕES

ritmo de crescimento de 1,3% em 2017 e 2018. A inflação fechou o ano com expansão de 3,75%, a taxa de juros tinha caído para 6,5%, mas o desemprego continuava elevado, em 11,6% – embora abaixo do pico de 13,7%, registrado no trimestre encerrado em março de 2017.

APERTO NOS CINTOS

A grande dificuldade do Brasil passou a ser como colocar as contas do governo no azul novamente. Desde 2014, o País não consegue ter superávit primário. O pior resultado negativo se deu em 2016, quando os gastos superaram as receitas em R\$ 161,3 bilhões. A explicação está no engessamento do orçamento, que tem 94% dos recursos tomados por despesas obrigatórias. É neste contexto que Jair Bolsonaro foi eleito em 2018, prometendo implementar um programa econômico liberal.

Uma das primeiras medidas adotadas foi enviar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propunha mudanças na Previdência Social, com o objetivo de reduzir o peso das aposentadorias e pensões no orçamento [que atualmente respondem por 52%] no longo prazo. Após embates de Paulo Guedes com o Congresso, o texto foi aprovado e promulgado em novembro de 2019.

Com outras reformas a serem enviadas, em especial a Administrativa e a Tributária, e a promessa de privatizações, a agenda reformista de Bolsonaro foi atropelada pela pande-



mia. “Havia sinais de que sairíamos da crise. O PIB cresceu 1% no ano passado, mas se considerarmos o fato de que o governo cresceu menos, a parte privada já vinha crescendo a uma taxa maior”, diz Fábio Pina, assessor econômico da FecomercioSP. “O governo estava seguindo rumo a uma lógica mais de mercado.”

O efeito cumulativo com a crise do biênio 2015-2016 agrava a situação. Nas contas do economista José Luis Oreiro, professor-adjunto da Universidade de Brasília (UnB), o PIB brasileiro deve encerrar o ano em torno de 10% abaixo do patamar de 2014. “Saímos da maior crise da economia brasileira, desde os anos 1980, com um ritmo de crescimento 57% abaixo da nossa média de longo prazo do período de 1980 a 2014”, diz. “Nós não nos recuperamos da crise de 2014 a 2016. Ainda estávamos devendo PIB.”

A gravidade da atual crise é reforçada pelo fato de a turbulência ocorrer em um cenário de renda reprimida e nível de desemprego elevado, o que pode elevar a informalidade no País – hoje, 38 milhões de brasileiros estão fora do mercado formal. No trimestre encerrado em junho, o desemprego estava em 13,3%. Este cenário terá de ser levado em consideração pelo governo quando for dosar a retirada de uma das medidas que ajudaram a amenizar a queda do PIB: a concessão de um auxílio emergencial de R\$ 600 para trabalhadores informais – prorrogada até dezembro, mas no valor de R\$ 300. “O emprego não vai surgir do nada. As pessoas que estão dependendo do auxílio não vão ter emprego em dois ou três meses”, avalia Nahoum, da USP. “O auxílio reduziu a pobreza e, a médio prazo, pode gerar emprego.”

A crise vai aumentar a sobrecarga dos serviços públicos, à medida que famílias de classe média perdem renda, precisam tirar filhos de escolas particulares e também começam a utilizar a saúde pública, por exemplo. O desemprego também levará trabalhadores a recorrerem à saúde pública, após ficarem sem seguro médico privado. Para Lanzana, da FecomercioSP, “o Brasil não gasta pouco na área de saúde, gasta mal”.

“O Sistema Único de Saúde (SUS) esteve relativamente bem na pandemia, mas o fundamental está na eficiência do Estado brasileiro. É [preciso] gerir melhor”.

AMORTECER O IMPACTO

A principal vulnerabilidade brasileira, a dívida pública, vai aumentar, afirma o pesquisador professor Bráulio Borges, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). “Vai crescer em quase 20 pontos percentuais, porque o Brasil apresentou um pacote de estímulo muito expressivo, coisa que poucos acharam que poderíamos fazer”, diz. As medidas adotadas equivalem a 12% do PIB, entre gastos, diferimento de pagamento de impostos e garantias do Tesouro para empréstimos a empresas. Na avaliação do pesquisador, isso ajuda a explicar por que o Brasil está sofrendo menos em comparação com outros países da América Latina.

Para manter os avanços, os especialistas defendem, em especial, a aprovação de uma reforma que reduza as disparidades do sistema tributário do País, considerado ineficiente e injusto. “As empresas demoram muito tempo para pagar impostos, existem impostos em cascata, o que afeta a competitividade”, afirma Oreiro. Pina, da FecomercioSP, defende que, antes da Reforma Tributária, o governo aprove uma Reforma Administrativa. “É melhor, primeiro, descobrir o tamanho do Estado e, depois, descobrir o arcabouço tributário que precisamos para manter esse Estado”, afirma.

O governo já deu um primeiro passo neste sentido, enviando a PEC que muda as regras para novos servidores, incluindo período de dois anos de experiência com avaliação de desempenho. Sobre a Tributária, Pina defende que um resgate da CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira] deveria ficar de fora da proposta. “É um imposto pior do que todos os outros. Com a CPMF, talvez quem tenha uma mão de obra muito cara seja desonerado e beneficiado. Mas essa substituição de tributos vai ter de ser compensada por quem, hoje, não paga e vai passar a pagar. Então, tende a encarecer para um setor que vai desempregar”, afirma, ao avaliar a ideia do governo de recriar a contribuição em contrapartida à desoneração da folha de pagamento das empresas.

Outro ponto apontado como crucial para a recuperação da economia, o controle dos gastos gera controvérsia. Bráulio Borges, do Ibre, concorda que o País precisa de uma âncora fiscal, mas a atual é mal desenhada e inviável de ser cumprida até 2026. Ele sugere manter o atual teto em 2022 e discutir uma reformulação para que comece a valer a partir de 2023. “O teto estabeleceu a redução da despesa pública, mas não disse como fazer isso”, afirma. “Precisa de metas intermediárias, de estratégia política.”

Já Oreiro é contrário ao mecanismo. “É o único país do mundo que tem em sua Constituição um teto que obriga o congelamento de gastos por 20 anos”, afirma. “É uma restrição que, se não for removida, vai impedir o crescimento da economia.”



CAMINHO SINUOSO A PERCORRER

texto DANIELLE BRANT

Os impactos da crise, já sentidos no resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre, serão fortes no fechamento de 2020. E para que o aumento da dívida pública, produzido pelas medidas de contenção da pandemia, não seja ainda mais devastador no longo prazo, o Brasil terá de encarar profundas reformas no funcionamento do Estado. A fim de entender a profundidade dos ajustes que o País vai precisar efetivar nos próximos meses, ouvimos economistas sobre questões como redesenho do sistema tributário, privatizações, programas de redução da desigualdade social e gastos com funcionalismo público.

TETO DE GASTOS PRECISA ACOMPANHAR A DINÂMICA DA ECONOMIA

"Se estamos pensando nos desafios que a economia terá no pós-pandemia, haverá necessidade de expansão de gastos sociais. A implementação do auxílio emergencial neutralizou, num primeiro momento, o aumento da desigualdade. É fundamental evitar uma retirada brusca do auxílio que traga à tona o aumento da desigualdade. Já como medida de mitigação dos efeitos da crise, é necessário pensar em um programa mais amplo que o Bolsa Família.

Se queremos abrir espaço para essa expansão de gastos sociais, sem levar a trajetória insustentável da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), é necessário pensar em reformas, como a Tributária. Não pode ser apenas orientada para simplificação e redução de distorções no sistema, como as que estão, hoje, no Congresso. Precisamos caminhar tanto para uma redistribuição dessa carga, tornando o sistema mais justo, quanto para a eliminação de uma série de isenções, regimes especiais e desonerações que limitam o nosso poder de arrecadação.

Eu sou favorável a uma Reforma Tributária mais ampla e que permita um aumento de arrecadação com base numa tributação maior das mais altas rendas e patrimônios. Não na linha de uma nova CPMF [*Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira*].

Há ainda a reforma do regime fiscal. A maneira pela qual o teto de gastos foi desenhado impede que a gente utilize um aumento da arrecadação para gastar mais nas áreas sociais ou investir em infraestrutura.

A regra precisa acompanhar a dinâmica da economia, que limita o crescimento dos gastos levando em conta projeções para o crescimento da arrecadação de impostos, para o PIB e quanto será pago de juros. Deveria ter regras para limites de gastos definidas de maneira plurianual, como a cada quatro anos, a partir de projeções.

A discussão de privatização tem de ser feita por setor, não com base em uma ideologia de que toda administração privada será mais eficiente do que a pública, muito menos com objetivo de pagamento da dívida, pois não é sustentável. Muitas vezes, as empresas que seriam privatizadas, atualmente geram retorno para o Estado."

Laura Carvalho, professora da Faculdade de Economia e Administração da USP

DESUNIÃO NACIONAL PREJUDICA DEBATES

"Esta crise está engatada em outra crise. Ao contrário de outros países que já tiveram pandemia, o Brasil viveu a pior recessão da história, ou uma das piores, antes. A economia, as finanças públicas, o tecido social já estavam esgarçados quando começou essa crise. Com o organismo debilitado e a sociedade desarrumada, você tem uma grande demanda por auxílio emergencial e ações compensatórias.

Agora estamos na discussão de transformar o auxílio em um programa de renda mínima universal. Mas o Brasil tem uma grande dificuldade de coordenação. Isso acaba resultando numa crise maior, como é o exemplo do funcionalismo público. Todo mundo [*está*] dando sua cota, com suspensão temporária de contrato no setor privado, e o setor público não está querendo fazer isso. Cria uma assimetria que incendeia a situação.

A renda mínima universal faz sentido. Mas a gente acaba adotando uma posição de gastar R\$ 50 bilhões por mês, e tem uma parte da sociedade que quer que isso seja permanente, abdicando do teto de gastos. Os mecanismos, porém, têm de ser duros. Nós temos uma situação fiscal delicada, o que impede de financiar soluções. A dívida vai a pelo menos 100% do PIB.

As reformas têm um papel fundamental em termos macroeconômicos e sociais. A Reforma Administrativa, hoje, é fundamental para diminuir a desigualdade. Esta relação entre salários dos setores público e privado é um ponto fora da curva e alimenta a desigualdade. A Reforma Tributária, *idem*. O Brasil tem uma estrutura ineficiente e desigual. Nós temos o problema do ciclo eleitoral. Estamos em período eleitoral, que tem uma série de restrições. Tem uma pandemia ao mesmo tempo, e não estou vendo os debates. Estamos de fato numa armadilha não cooperativa; acho que deveríamos estar discutindo o lado social das reformas.

Talvez esta grande desunião nacional, esta polarização, tenha se manifestado numa dificuldade de não se ouvir o outro lado. O Brasil nunca voltou para trás de uma maneira sistemática."

Marcelo Néri, diretor do FGV Social

TRANSFERÊNCIA DE RENDA NÃO É SOLUÇÃO PERMANENTE

"Por causa da crise, a dívida pública brasileira cresceu muito. Entramos na crise com uma dívida da ordem de 75% do PIB e vamos sair com dívida de 95% a 100%. Com ou sem teto de gastos, o fato relevante é se o déficit nominal e seu financiamento, que é feito por meio de dívidas, vai estar sob controle. É fundamental manter juros baixos, para que o estoque da dívida não se torne uma bola de neve.

A Reforma Administrativa, acho que dá para fazer, tanto no governo federal quanto em estaduais e municípios.

O programa de concessões pode ter espaço, porque daria ao governo uma receita importante para abater dívida pública. Se não acontece no início do mandato, torna-se cada vez menos provável, por causa de toda a resistência.

Eu não tenho nada contra programas de transferência de renda, mas são medidas de emergência para famílias que estão vivendo situação de privação material aguda. Não são a solução permanente para o problema estrutural da população – que passa por políticas na área de educação, saúde, saneamento e transporte –, que habilitem essas pessoas a uma capacidade de geração de renda.

Na Reforma Tributária, a unificação de PIS e Cofins [*Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social*] vai implicar um aumento expressivo da tributação sobre o setor de serviços. É tudo que o Brasil não precisa neste momento, porque o setor de serviços é um setor que emprega e aquele que foi mais prejudicado pela pandemia. Um aumento da carga tributária em cima dos serviços vai ter impacto muito ruim no momento.

Nosso sistema tributário sobrecarrega quem menos pode pagar, pois está calcado em impostos indiretos, que incidem sobre o consumo, pouco incidindo sobre renda e patrimônio.

A arrecadação no Brasil está pesadamente concentrada na União, ao passo que as funções relevantes do setor público foram transferidas aos Estados e municípios. A Reforma Tributária deveria retirar da União o poder de tributar e transferi-lo aos Estados e municípios. Só vai para o governo central o que for para financiar atividades que só o governo central possa exercer."

Eduardo Giannetti, economista. Entre outros trabalhos, elaborou planos econômicos à ex-candidata presidencial Marina Silva (Rede)

FALTOU OUSADIA NAS PRIVATIZAÇÕES

"O País precisa de uma saída organizada da pandemia e discutir as reformas estruturais, como privatização e Reforma Administrativa.

O Brasil ficou no meio do caminho. Não testou a agenda que todo mundo esperava que fosse testada: abertura comercial, privatização ampla, Reforma Administrativa, fim das isenções tributárias, revisão do Imposto de Renda (IR).

Não teve privatização. Nós temos até uma estatal a mais, que é a NAV [*responsável pela navegação aérea*]. Na abertura dos trabalhos em 2019, já deveria ter um pacote pronto de agenda liberal para o Congresso. A privatização só precisa de apoio do Congresso se incluir tudo de uma vez. Tem que ousar, [*dar*] o passo a mais. Precisava colocar Eletrobras, Banco do Brasil, Caixa e Petrobras. Ai tem dezenas de estatais que se poderia decidir por decreto.

A mesma coisa [*aplica-se*] na Reforma Administrativa. Tem que fazer para melhorar a qualidade do serviço público no Brasil. Você não precisa jogar uma bomba. Pode incluir avaliação de desempenho. A mesma coisa você pode pensar em estabilidade. Eu sou contra terminar com estabilidade, porque pode haver casos de perseguição. Agora, [*diante do projeto proposto*] o excepcional secretário do Tesouro não consegue ter bonificação. Está no meio daquele que não faz nada. Alguma avaliação de desempenho você tem que ter, além de, também, uma revisão de carreiras.

A Reforma Tributária deveria incluir o IR. Não se pode ter um imposto tão regressivo que amplie tanto as desigualdades no Brasil, nem regimes especiais. É difícil rever o sistema tributário sem falar da regressividade do IR. Tem que ver distribuição de recursos e reformas de uma forma global.

Bolsonaro também precisa de um pacote de auxílio que dê a ele manutenção da popularidade, que o permita invadir o campo do PT. Há desenhos que dão saída ao programa. Gosto de focalização na criança. O Brasil transfere muita renda ao idoso, aposentadoria e abono.

Temos que voltar a ter meta fiscal. Tem que ter uma discussão do teto. A gente tem que começar a falar de desigualdade, IR, uso de recursos públicos."

Elena Landau, economista e ex-diretora do BNDES

REQUALIFICAÇÃO DA MÃO DE OBRA

"Esta crise é mais complexa, a superação também é mais complexa e pega o Brasil em um momento mais frágil do que outras crises que a gente viveu.

Do lado da economia, temos que fazer um desmonte das políticas de estímulo. Como elas não foram bem calibradas, é mais difícil fazer. Se olhar a reação do governo, a gente adotou mais medidas de estímulo ao consumo. O auxílio emergencial buscava garantir subsistência a quem teve a renda abalada na pandemia. Direcionamos dinheiro para o consumo, mas demos pouco dinheiro para empresas. Não tivemos o olhar para o setor produtivo.

Na discussão do Renda Brasil, a focalização que faltou ao auxílio emergencial vai ter que ser feita com cuidado. Tem que encontrar pessoas que realmente precisem. O desenho não é fácil. Não se discute nenhuma contrapartida, como o Bolsa Família. Se você está falando de valores maiores, precisava ter um tipo de contrapartida. Foi um erro dar um auxílio de R\$ 600. Não pode criar um valor como este sem ter escuta dos especialistas. O problema é desfazer.

Este tipo de discussão tinha que ter sido mais forte para empresas de menor porte que não tenham acesso a crédito. Crédito no Brasil não é fácil. A empresa tem CNPJ [*Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica*], mas não emite nota para nada. Não tem histórico de crédito, vai ter que ter garantia estatal. Isso tinha que ter sido mais criterioso.

Passada a Reforma da Previdência, [*o Brasil*] entrou numa agenda que não está bem estruturada, a não ser agendas de interesse maior do setor privado, como saneamento e lei de falências.

A gente não sabe qual vai ser a Reforma Tributária. Seria uma CPMF de 0,2%? De 0,4%? Não se sabe qual vai ser a carga tributária ou como será o imposto. O governo está sendo descuidado ao não gerar tranquilidade. Não temos clareza do cenário. Qual o compromisso com a questão fiscal? Que Reforma Tributária vai ser? Vai ter teto ou não?

Um ponto que a gente tem que olhar é como requalificar a mão de obra. Temos um problema grave de mão de obra que está desalentada, que sabe que não vai arrumar emprego, porque não tem qualificação."

Zeina Latif, consultora econômica e ex-economista-chefe da XP Investimentos

EQUIPE ECONÔMICA NÃO ENTREGOU MUITA COISA

"Tivemos de colocar a economia em estado de coma para reduzir o espalhamento do vírus.

Na política fiscal expansionista que a gente adotou, a principal medida foi este imenso analgésico chamado 'auxílio emergencial'. Não reverteu a crise, mas melhorou. Como a gente vai tirar o analgésico do paciente em 2021? Uma parte dos beneficiários pode reclamar.

E se o mercado de trabalho não recuperar seu fôlego, não tem como fazer a economia caminhar. Ai vai ter que haver algum mecanismo de transferência de renda.

Mas não há como sustentar o auxílio no modelo atual. O auxílio foi bem focalizado, embora tenha atingido gente que não precisava. Entregou resultado. Mas isso não muda o fato de que é insustentável. Se a gente reduzir o benefício, vai melhorar a conta? Acredito que sim. Há muita sobreposição de programa de transferência de renda. Talvez seja importante reavaliar.

A popularidade de Bolsonaro aumentou por causa do auxílio. Como ele vai reagir quando desligar a torneira e 'desidratar' essa popularidade?

Apesar dos esforços, a equipe econômica não entregou muita coisa. Eu acho que o caminho para reorganizar o funcionamento da economia passe pelas reformas Administrativa e Tributária.

Vamos tentar passar uma reforma. Não está clara qual a Reforma Tributária: a da Câmara, a do Senado ou a do governo? Os esforços deveriam estar concentrados numa única agenda.

O que puder manter do teto, vamos manter. Flexibilizar não resolve o problema. O teto não é o problema, é a consequência de um problema maior: que é o orçamento, que não para em pé. Vamos fazer uso dos gatilhos que o teto previa. E, paralelamente, vamos tocar a agenda de reformas.

Dado o problema fiscal que a gente tem, acho que a gente vai ter que fazer uso de qualquer moeda à nossa disposição para fazer caixa, e as privatizações se inserem neste contexto. Haverá resistência. Vamos queimar capital político para tocar a agenda. Qual o estoque de capital político que o governo tem? Porque ainda tem muita 'agenda amarga' que precisa ser tocada."

Felipe Serigati, professor da Escola de Economia de São Paulo, da FGV

&

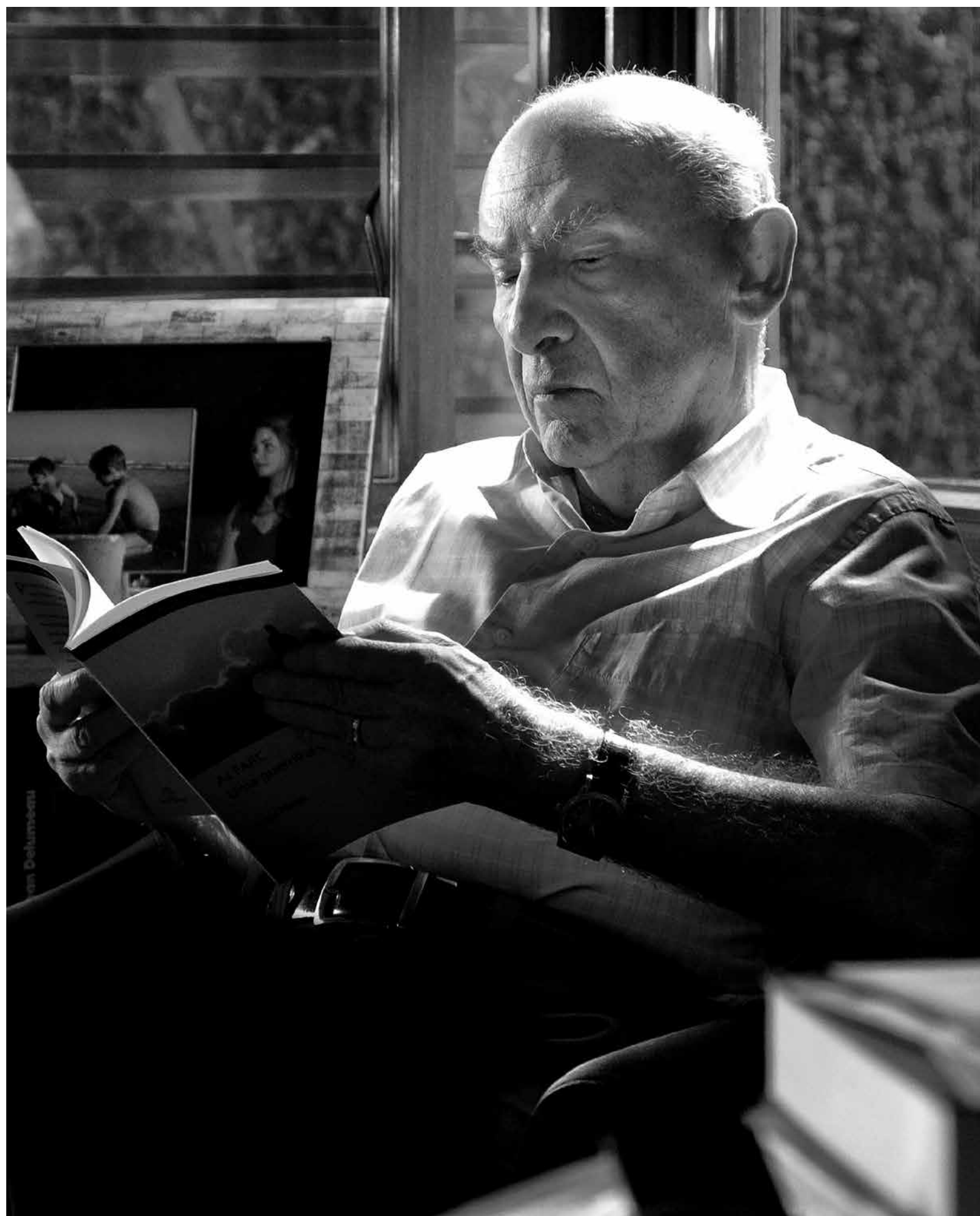


Foto: Divulgação

BORIS FAUSTO

Historiador, professor aposentado do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) e membro da Academia Brasileira de Ciências. Autor, entre outros livros, de *A Revolução de 1930*, *Negócios e ócios* e *O crime do restaurante chinês*, ganhou três vezes o Prêmio Jabuti. Fausto indica a ausência de lideranças de oposição como fator mais preocupante no atual momento político brasileiro. Para ele, a defesa do funcionamento das instituições democráticas é importante, mas não o suficiente para resgatar o País da corrosão acentuada da democracia

entrevista HUBERTO DANTAS

A busca por um “salvador da pátria” é algo comum na história política do Brasil, refletindo nossas carências sociais, econômicas e éticas. Essa é a análise de Boris Fausto, historiador e cientista político. Em entrevista ao **UM BRASIL** – uma realização da FecomercioSP –, Fausto revela preocupação com os rumos da democracia nacional em meio à desconfiança da população com as instituições. Segundo ele, o País precisa que uma voz democrática de oposição surja e atinja todas as camadas da sociedade.

O historiador reflete também sobre os caminhos que levaram Jair Bolsonaro à Presidência da República e faz um mea-culpa por não ter enxergado, na época, o potencial bélico da direita que surgia durante o impeachment da

ex-presidente Dilma Rousseff. “A votação final do impeachment foi uma demonstração de quem era aquela gente profundamente conservadora e abertamente reacionária: destacou-se o atual presidente da República, em sua fala, se aproveitando daquele momento para fazer a glorificação do Coronel Ustra”.

Fausto afirma ainda que Sergio Moro, ex-juiz e ex-ministro da Justiça, se deixou levar pela própria ambição de poder e, hoje, sua imagem pública se esfarela a cada dia. “Moro era uma figura da direita, disposto a apagar muitas coisas, que tinha a expectativa de ser um ministro atuante, que o levaria, talvez, à Presidência da República, ou, por meio de um acordo secreto, ao Supremo Tribunal Federal (STF).”

Algumas pessoas estabelecem relação do atual governo federal com o que teria sido o movimento tenentista, sobretudo no governo Vargas. Existe semelhança?

O movimento tenentista era formado por figuras dos quadros médios do Exército que se lançaram a verdadeiras aventuras insurrecionais. Não que não fossem opositores ou que não tivessem suas próprias ideias, mas eram coisas com muita pouca chance de darem certo, a não ser como formas de despertar o Brasil para superar aquele quadro de um país dominado pelas oligarquias. Fizeram todo um caminho cheio de dificuldades para dividir uma parte do poder com Getúlio Vargas, que acabou absorvendo essa gente, ocupando postos como interventores, ao passo que outros deixaram de fazer parte do governo e entraram no movimento insurrecional de 1935 dos comunistas. Há quem diga que eles eram profundamente autoritários. Neste ponto, se assemelharia ao governo presente, mas eles fizeram toda uma carreira de enfrentar os detentores do poder e tinham uma pretensão clara de mudar o País. Se formos comparar com o governo atual, acho que é ofender os tenentes, pelos quais tenho muitas restrições, entretanto, preciso respeitá-los.

Getúlio Vargas teve habilidade para dialogar com os tenentes. Hoje, ter um presidente e militares pouco hábeis, na articulação política, oferece risco ao País?

O risco, obviamente, é contra a democracia. Considero este governo desastroso. Seria preciso que uma voz democrática conseguisse encarnar oposição, um programa de oposição com força e capacidade suficientes para transmitir suas ideias e “calar fundo” na grande massa popular e na classe média. Não temos este nome, acho que esse é o grande problema deste momento. Existem nomes razoáveis, como Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, que faz muito, mas não tem esse carisma. Não temos nenhuma pessoa que pelo menos desenhe com essa força de uma liderança, que se anteponha a essas condições lamentáveis da política atual, das situações social e econômica. Esse é um drama muito sério do momento que estamos vivendo.

”
Seria preciso que uma voz democrática conseguisse encarnar oposição, com força e capacidade suficientes para transmitir suas ideias e ‘calar fundo’ na grande massa popular e na classe média. Não temos esse nome.

O semblante dessa liderança, talvez hoje encarnada em um presidente da República, que é um homem pouco afeito às sofisticadas mínimas atreladas à democracia, não dialoga muito com as carências da própria sociedade em buscar um super-herói ou salvador da pátria?

Sem dúvida, mas esse não é um problema apenas do Brasil. Em outros países que são mais avançados [social e economicamente] existe a procura do salvador, daquele que unifique a nação. Aliás, o personagem mais terrível da história, Hitler, surgiu em um país como a Alemanha, uma nação civilizada – mas que, mesmo assim, vivia uma profunda crise. Esse fenômeno é comum, mas se acentua em países como o Brasil. A percepção da importância das instituições [democráticas] atinge certas camadas [da sociedade], mas, além delas, nas camadas mais abaixo e mais acima, esse tema não encanta muito. A tentação de buscar por um homem que encarne isso é muito forte. Mesmo conhecendo os riscos disso, é uma necessidade, na conjuntura atual, personificar uma figura que dialogue com sinceridade e esteja acima de acusações de corrupção. É muito positivo que se apoiem as instituições, o Judiciário, a Câmara, todas funcionando legal e razoavelmente, mas isso não basta para mobilizar um país, tirá-lo dessa situação de corrosão acentuada da democracia. Quando o deputado Rodrigo Maia busca a reeleição na presidência da Câmara, afrontando a Constituição Federal – que diz que não pode ter outro mandato de dois anos dentro do mesmo mandato –, e a Justiça Eleitoral, quando interfere na divisão do fundo eleitoral por motivos étnicos ou raciais, não pode nos passar a impressão que estamos contendo a corrosão da democracia com mais corrosão? Certamente, não é o melhor caminho que devemos empreender. No caso do Rodrigo Maia, se não é permitida sua reeleição, podemos lastimar, mas não se pode simplesmente apagar a lei, senão fariamos isso agora em nome do bem comum, mas, lá na frente, o bem comum pode ser entendido como sendo outra coisa. Então, acabamos acrescentando mais corrosão ao sistema já corroído. Quanto à

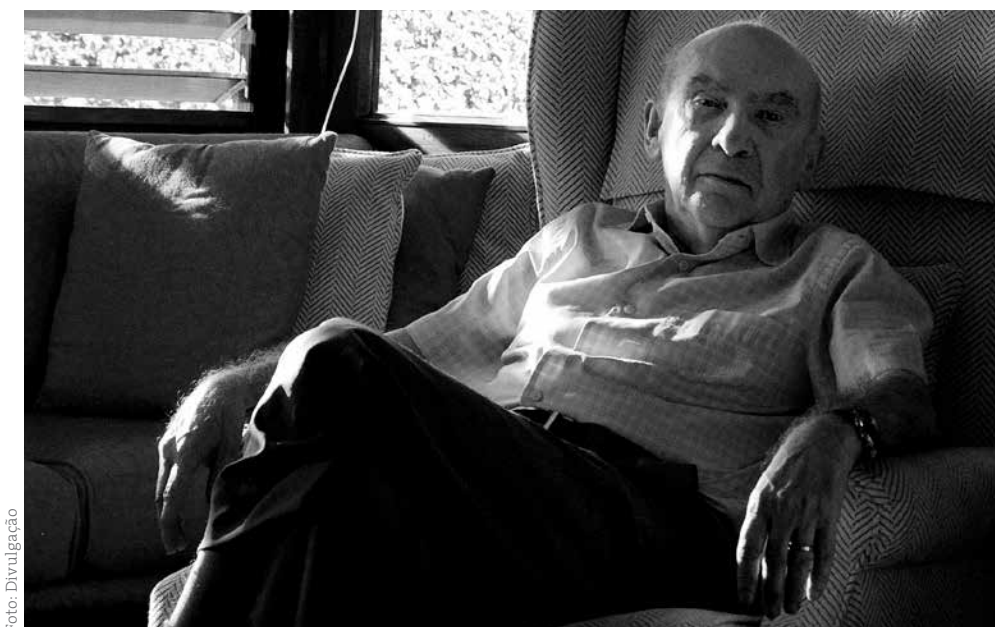


Foto: Divulgação

questão do Tribunal Eleitoral, há uma invasão de atribuições. Agora, acredito que essas coisas fora da competência do Tribunal, mas em favor de um setor tão discriminado da sociedade, como acontece com os negros, seria a maneira de fazer avançar coisas que não avançam nunca no plano legislativo. É preciso seguir a legislação e interpretar sempre que possível, não se apegando à letra da lei para não cometer absurdos – mas também não violar a lei, porque essa violação acaba se voltando contra nós.

Existe um embate, entre os acadêmicos da ciência política, aqueles que afirmam que o funcionamento das instituições, mesmo com os arroubos verborrágicos de agentes públicos contra elas, indica a pujança da nossa democracia, e outros que indicam que o posicionamento de um presidente da República contra o Congresso, estimulando eventos contra o Supremo Tribunal Federal (STF), aponta um perigo real ao sistema democrático. Como enxerga este cenário?

As instituições vêm resistindo a uma invasão de atitudes autoritárias, mas estão sendo bastante atingidas. Se observarmos, mesmo as

decisões que são tomadas com fundamento e parecem bem motivadas, nos pegamos perguntando: isso que está sendo feito interessa a quem? O caso do Wilson Witzel [governador do Rio de Janeiro], não tenho motivos, neste momento, para dizer se ele não é passível de ser denunciado. Não temos o desfecho, não conhecemos as provas, mas tudo indica que ele está incriminado em fatos graves, de tal forma que um processo de impeachment seria muito justificado. Acontece que, depois de assistir àquilo, existe a dúvida sobre a legalidade ou se é moralmente aceitável uma decisão monocrática. Outro ponto: a clara intenção do presidente da República e de sua família de se blindarem no Rio de Janeiro, que passa pela queda do Witzel. Nós nos vemos em uma situação muito complicada pela falta de legitimidade, pela desconfiança com as instituições e com os personagens que ocupam os cargos públicos.

Pegando carona na decisão monocrática, que o senhor citou, acredita que o País precise de um choque de colegiado, não apenas no Judiciário, como também no Executivo e no Legislativo?

Precisamos pensar um pouco nas raízes desse personalismo e levarmos em consideração a morosidade das decisões de órgãos colegiados variados, como o Judiciário e o Congresso. [A decisão monocrática] impressionava muito bem nos tempos áureos da Lava Jato, pois podia-se fazer uma limpeza, sem criar gargalos para que indivíduos ultracomprometidos com corrupção fossem absolvidos ou seus processos prescritos. Por outro lado, existe o poder excessivo que se confere a determinados postos. No caso do Legislativo, é nítido isso com relação aos presidentes da Câmara e do Senado. O presidente Rodrigo Maia deixou arquivado, ou em “banho-maria”, inúmeros pedidos de impeachment contra o presidente da República e ele pode dizer que isso é sua prerrogativa, que avalia a conjuntura e não acha conveniente, do ponto de vista político, levar esses processos para frente. Isso não é bom. Não é possível que ele [presidente da Câmara] tenha um número tão grande de atribuições.

”

É muito positivo que se apoiem as instituições, o Judiciário, a Câmara, mas isso não basta para mobilizar um país a fim de tirá-lo dessa situação de corrosão acentuada da democracia.

Sobre a questão do impeachment, cerca de 30% que aprovam o governo Bolsonaro o seguram no poder?

Sim, é uma parcela do povo que segura este governo. O impeachment é essencialmente um instrumental jurídico político, com muita ênfase no “político”. A condição de um apoio popular forte pelo impeachment é quase essencial para que o pedido possa ao menos ir para frente. Hoje, não temos condições políticas; já condições jurídicas, há inúmeras, é uma questão de escolher os itens e enquadrá-los, por inúmeras razões. A forma como a opinião pública se encontra dividida e os quase 35% [de popularidade] não são pouco, e o presidente Bolsonaro está, neste momento, na melhor situação do seu mandato.

Se não tivéssemos o impeachment da ex-presidente Dilma e ela pudesse dar seguimento ao seu governo, com todas as dificuldades que tinha para governar, podemos traçar o que seria nossa realidade hoje?

Pensando nas condições da época, digo que fiz um juízo que hoje não me parece adequado. O impeachment da Dilma fazia sentido, principalmente porque o PT [Partido dos Trabalhadores] entrara em uma linha de corrupção muito acentuada, Dilma perdera a capacidade de governar, não se entendia com uma grande parte do Legislativo e os riscos econômicos e financeiros dessa situação eram muito elevados. Mas deveríamos ter prestado mais atenção no avanço articulado da direita. A votação final do impeachment foi uma demonstração de quem era aquela gente profundamente conservadora e abertamente reacionária: destacou-se o atual presidente da República, em sua fala, que se aproveitou daquele momento para fazer a glorificação do Coronel Ustra, responsável por episódios de tortura, como é público e notório aqui em São Paulo. Isso deveria ter nos alertado. Havia ali, de fato, toda uma engrenagem preparada para tirar a Dilma do poder. Existia uma conjunção de forças para tirá-la da presidência, atalhar e curar as feridas da Lava Jato. Embora quase inevitável, ainda era possível uma outra saída. Talvez, se o mandato da Dilma fosse até o fim, poderíamos ter a chance de não chegar ao ponto que estamos. Quando faço essa reflexão, pego outro recorte e penso na pandemia

que estamos vivendo. Quem sabe teríamos um ministro da Saúde que, com competência, em meio a inúmeras dificuldades, enfrentasse racionalmente esta desgraça.

Como analisa o trabalho de Sergio Moro, ex-juiz e ex-ministro; o que sua figura representa para o País hoje?

Ele foi realmente usado pelo Bolsonaro, deixou-se levar. O presidente Bolsonaro pode ser rústico ou rude, mas é também hábil e esperto para os fins dele, que sabe manejar o jogo político, um “joguinho triste”, mas sabe manejar. O exemplo do Moro é bastante expressivo. Ninguém pode dizer quais foram suas intenções ao aceitar o Ministério da Justiça, mas me parece que era um juiz que estava em Curitiba há muito tempo, marcando passo na magistratura federal – o que já é algo muito estranho –, porém, quis sair e teve muita coragem. Ele ganhou uma popularidade muito grande e com razão, em princípio. Trabalhou com muita coragem e competência, mas também “arranhou” muitas coisas. Foi complicada a atitude que ele teve com relação ao caso do Lula; estou absolutamente convencido que ele também estava a serviço da exclusão da figura do Lula do espectro político brasileiro. Quando ele aceita assumir o Ministério da Justiça, de um governo como este – que defende atos autoritários, incentiva seus partidários com faixas pela volta do AI-5 [Ato Institucional nº 5, baixado pela ditadura militar, em 1968], que já falou a favor da tortura –, quem aceita o Ministério da Justiça já dá um passo errado. Parece-me que Moro era uma figura da direita disposto a apagar muitas coisas, que tinha a expectativa de ser um ministro atuante, que o levaria, talvez, à Presidência da República, ou, por meio de um acordo secreto, fosse ao Supremo Tribunal Federal (STF). Mas a partir do momento que ele começou a traçar limites da sua atuação – o “daqui, eu não passo” –, acabou perdendo, porque no momento em que confrontou o bolsonarismo, que é uma crença muito volátil, ele minguou. Agora, fora do governo, Moro vai perdendo cada vez mais apoio; no fim das contas acabou ficando sem nada ou com muito pouco daquela reputação que tinha como juiz.

&

UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo desses encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.

ASSISTA À ENTREVISTA NA ÍNTEGRA POR MEIO DESTA CÓDIGO QR



O maior aprendizado é se preparar para a vida.

sp.senac.br/ensinomedio



Hoje em dia, saber ouvir e expor pontos de vista vale muito. Por isso, o Ensino seus alunos para o Enem e o vestibular, prepara-os para a vida. Por meio e com professores qualificados, o aluno tem liberdade e autonomia para com a tradição e solidez do Senac.

Ensino Médio Técnico Senac. Administração,
Começar o seu sonho, tá valendo.

Médio Técnico Senac, além de preparar de uma proposta pedagógica inovadora desenvolver um olhar crítico. Tudo isso

Informática e Multimídia.


Senac

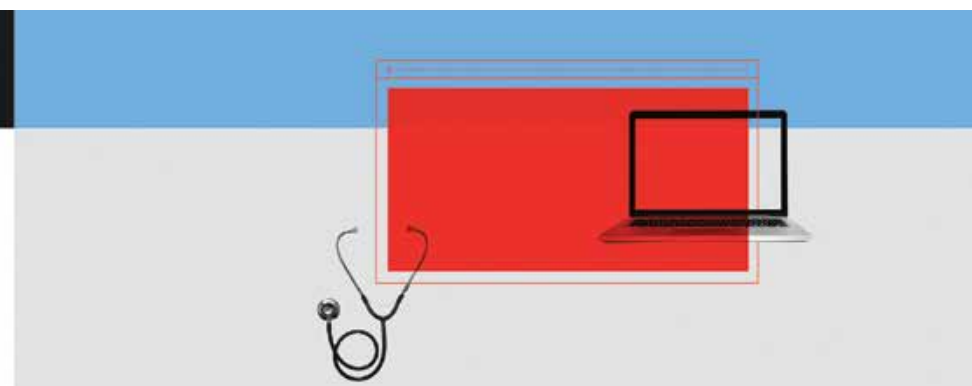


Com debates sobre política, economia, saúde e cultura, o recém-lançado site da *Problemas Brasileiros* traz conteúdos inéditos

texto GABRIELA ALMEIDA

Tecnologia no consultório

Regulamentada pelo Conselho Federal de Medicina desde 2002, a telemedicina se tornou uma boa alternativa, na pandemia, para atendimentos que não demandem exames físicos e possam ser realizados a distância. Bom exemplo do uso deste recurso é o projeto Missão Covid, no qual médicos voluntários atendem gratuitamente os pacientes que apresentam sintomas da doença, em ligação por vídeo. Também fornece orientações sobre isolamento, higiene e uso de máscaras. A iniciativa já reúne 700 médicos de todo o mundo. Outro segmento abarcado pelas teleconsultas foi o da assistência psicológica, principalmente para os profissionais de saúde que atuam diretamente no combate ao covid-19. A plataforma Rede de Apoio Psicológico dispõe de mais de 4 mil psicólogos cadastrados para cerca de 3 mil pacientes.



B

MARCA DO BRASIL

O País sempre foi visto como uma nação pobre, então, não há surpresa em ver a longa crise atual. O momento que vivemos é a volta do Brasil ao “normal”, marcado por uma economia cheia de barreiras. É que escreve o jornalista Daniel Buarque, doutorando em relações internacionais do Brazil Institute, do King’s College London, e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP), no artigo “Turbilhão econômico é marca do Brasil”. Ele salienta, que a despeito das riquezas tanto naturais quanto culturais, ainda é preciso resolver os problemas de desigualdade e pobreza. “O grande contraste dessa situação é que o País do caos econômico é o mesmo das oportunidades e das potencialidades: grandes riquezas naturais e população ativa, além de capacidade de mobilização.”



PODCAST DA PB

O episódio #04 do podcast da **Problemas Brasileiros** traz entrevistas de Pablo Ortellado, professor da USP, e Sabine Righetti, jornalista especializada em ciência, sobre polarização política, *fake news* e a importância da educação científica. Na pandemia, o impacto das notícias falsas cresceu exponencialmente em conteúdos relacionados à cura do covid-19, entre outros exemplos. Aponte a câmera do seu celular para o código QR e escute o episódio.

Vacina tributária

A Reforma Tributária é um dos temas mais comentados neste momento, no qual o País precisa de soluções para recuperar a economia e os negócios. No entanto, na realidade, pouca gente sabe exatamente as diferenças entre as três propostas que tramitam no Congresso. A reportagem “Vacina tributária”, assinada por Filipe Lopes, detalha os meandros dos projetos e os diferentes ajustes que determinam, no delicado cenário nacional abalado pela pandemia. Para o jurista Ives Gandra Martins, presidente do Conselho Superior de Direito da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), é necessário discutir uma Reforma Administrativa antes de falarmos da Reforma Tributária. “O governo atuou rapidamente com o socorro às pessoas mais vulneráveis, mas, tendo menos receita e maiores gastos sociais, qualquer reforma se torna inconsistente neste momento.”

PB

COLUNA

CIÊNCIA POLÍTICA

Com artigos publicados sempre às quartas-feiras no site da **PB**, Bárbara Dias, Graziella Testa, Helga Almeida, Humberto Dantas, José Mário Gomes e Paulo Peres são alguns dos cientistas políticos convidados a escrever a coluna semanal sobre política e seus desdobramentos. “Que os problemas brasileiros, com base no olhar desses cientistas, possam se mostrar contornáveis, dimensionáveis e enfrentáveis; ou, ao menos, polêmicos e desafiadores”, pontuou Dantas no texto inaugural da coluna.



Foto: Divulgação

INCLUSÃO PRODUTIVA

Em meados de 2015, a Associação dos Apicultores do Vale do Ribeira (Apivale) se encontrava sucateada, sem verbas, perdia associados e ia fechar as portas. “Estava tudo caindo aos pedaços, apodrecendo. Quando íamos beneficiar o mel, as abelhas invadiam e tínhamos que sair correndo”, lembra Joaquim Coelho Filho, presidente da associação. O risco era perder os caros equipamentos usados na produção do alimento.

texto GUSTAVO ROSSETTI VIANA

D

Depois de cinco anos atuando em marcha lenta e com os maquinários subutilizados, a Apivale foi selecionada para integrar o Programa ReDes para o Desenvolvimento Sustentável (ReDes) em 2018, acordo de cooperação técnica entre o Instituto Votorantim e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), firmado em 2010.

A iniciativa, batizada de Projeto Mel do Vale, ajudou a Apivale na reforma da Casa do Mel e também na aquisição de móveis e utensílios, entre eles, novas colmeias. “O ReDes foi essencial para agregar profissionalismo, além de noções de regulação e contabilidade aos cooperados. Agora, estamos trabalhando de forma mais profissional, nos tornando mais unidos também”, conta Coelho Filho.

Com sede em Juquiá (SP), a Apivale conta com 30 associados e conquistou renda de R\$ 96,5 mil em 2019, com a produção de 8,2 toneladas de mel silvestre. A expectativa é de que a produção alcance 10 toneladas na próxima colheita. Com a finalização da reforma do imóvel e os ensinamentos de gestão de negócios proporcionados pelo programa, o grupo busca agora o atendimento às exigências legais do Serviço de Inspeção Federal (SIF), que vai dar aos apicultores mais facilidade para a venda do produto, tornando a produção apícola uma nova força econômica local e uma alternativa à cultura da banana, que domina a paisagem do Vale do Ribeira, região mais pobre do Estado de São Paulo.

Além do impacto econômico, a produção de mel em conjunto com o trabalho de polinização das abelhas também fortalecem a vocação ambiental da região, contribuindo para a preservação da Mata Atlântica, cuja maior área contínua remanescente se encontra justamente no Vale.

O presidente conta que a associação já passou a ser mais procurada tanto por produtores que querem se associar, como por outros que desejam voltar à Apivale, além de compradores de mel da região e da capital paulista. “Alguns fabricantes que tinham deixado a associação ficam sabendo que retomamos a produção e que temos bons parceiros; então, pedem para voltar, já outros estão começando a ouvir falar do apiário.”

Por enquanto, cada apicultor comercializa e vende o produto direto ao consumidor. Com a obtenção da certificação do SIF, o objetivo é que os associados passem a vender de forma conjunta. “Pode ser que vendamos mais barato, mas o dinheiro vem mais rápido, de uma vez só, e conseguimos investir”, diz Coelho Filho. Com o dinheiro em mãos, a ideia é aumentar a capacidade produtiva, ampliando a Casa do Mel, modernizando os maquinários mais antigos.

ACESSO À CADEIA PRODUTIVA

O projeto Mel no Vale do Ribeira – que é ligado ao Legado das Águas, reserva ambiental, com mais de 31 mil quilômetros localizada entre os municípios de Juquiá, Tapiraí e Miracatu (SP), administrada pela Votorantim – é um dos 33 beneficiados atualmente pelo ReDes. Desde 2010, 69 projetos passaram pela iniciativa.

A atuação é voltada às localidades com baixos indicadores econômicos e alta vulnerabilidade social inseridas na área de influência das empresas que fazem parte da Votorantim – holding investidora que faz a gestão de seis em-

presas no Brasil, entre elas a Votorantim Cimentos, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) e o Legado das Águas, em um negócio que abriga 536 unidades operacionais e emprega 36 mil pessoas.

“O objetivo é apoiar os municípios em suas estratégias para buscar potenciais de desenvolvimento nas localidades, com a geração de renda e inclusão de populações que não estejam no mercado de trabalho”, explica Ana Bonimani, gerente de gestão de programas do Instituto Votorantim, núcleo de inteligência social da empresa, que atua em 104 cidades. Cada projeto social do instituto é ligado a uma das seis empresas investidas no portfólio da holding. Atualmente em operação em 36 municípios distribuídos em 14 Estados do País, o ReDes já recebeu investimento de R\$ 87 milhões. Até o fim de 2020, o aporte deve chegar a R\$ 100 milhões, divididos igualmente entre o BNDES e a Votorantim. Mais de 2,5 mil famílias, agrupadas em 69 projetos, já foram beneficiadas em áreas como as de comércio e serviços, economia criativa, reciclagem e abastecimento alimentar (projetos de pesca, agricultura familiar, avicultura, laticínio e apicultura). A renda gerada pelas cooperativas que integram o programa já atingiu R\$ 43 milhões, montante que movimenta a economia dessas regiões.

PARCERIAS COM BNDES E BID

Para a executiva da Votorantim, a parceria com o banco de fomento é essencial por causa da *expertise* da instituição em identificar associações, cooperativas ou trabalhadores que já produzem, mas que não tenham estrutura ou experiência para conseguir gerir ou montar um negócio viável e lucrativo.

“A Votorantim acredita muito em parceria, tem histórico de parcerias com o setor público e também privado, em trazer atores que tenham outras competências, que possam agregar valor”, disse ela. Ana ainda ressalta que o BNDES, por exemplo, já tinha bagagem em projetos de capacitação e ajudou a Votorantim a entender o que podia ou não dar certo, além de também compartilhar com o instituto sobre a vontade em trabalhar com inclusão produtiva. “A experiência em outros projetos apoiados pelo banco contribui para trazer aprendizados para a par-



Foto: Divulgação

ceria, bem como em eventuais sinergias com políticas públicas”, avalia Julio Leite, superintendente do BNDES.

Desde 2015, o programa também conta com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que ajudou a aprimorar as ferramentas de gestão, os processos e as metodologias de trabalho. “O processo de seleção e o acompanhamento dos projetos foram aprimorados a partir da parceria com o BID, que nos ajudou a organizar todo o processo”, ressalta Ana. A instituição financeira internacional tem tradição em apoiar iniciativas em países latino-americanos para reduzir a pobreza.

A junção das três organizações foi fundamental para o programa alcançar números considerados tão significativos, como a taxa de sustentabilidade de 62% [*perspectiva de perenidade do negócio após término do apoio*]. “É uma taxa muito alta quando comparada a projetos semelhantes, que depois de muito investimento viraram *elefantes branco*”, diz Ana.

A avaliação do BNDES para o programa também é bastante positiva. “Identificamos que o ReDes tem ampliado o apoio à populações mais vulneráveis, ao aumentar a proporção dos beneficiários selecionados que estão inscritos no Cadastro Único [*iniciativa do governo federal*]

“O OBJETIVO É APOIAR OS MUNICÍPIOS EM SUAS ESTRATÉGIAS PARA BUSCAR POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO NAS LOCALIDADES, COM A GERAÇÃO DE RENDA E INCLUSÃO DE POPULAÇÕES QUE NÃO ESTEJAM NO MERCADO DE TRABALHO.”

ANA BONIMANI, gerente de gestão de programas do Instituto Votorantim

“ESTE APOIO FOI MUITO IMPORTANTE. EU ENTENDIA DA QUEBRA DA CASTANHA, MAS NADA DE COMO FAZER A GESTÃO DE UM NEGÓCIO. MESMO ASSIM, O REDES CONSEGUIU ABRIR A MINHA MENTE E ME CAPACITAR PARA COMANDAR A COOPERATIVA.”

MARIA CRISTINA DA SILVA, presidente da Cooperativa dos Beneficiadores de Castanha (Coobec)



Foto: Divulgação

para identificar e conhecer as famílias de baixa renda”, destaca o superintendente do banco. Atualmente, estão em análise pelo banco, a pedido do Instituto Votorantim, oito novos projetos de estruturação de negócios inclusivos no âmbito do programa. O objetivo do ReDes é apoiar os projetos por períodos de três a cinco anos, dando o suporte necessário para que, depois deste intervalo de tempo, as cooperativas caminhem sozinhas.

CASTANHA DE SERGIPE

Foi o que aconteceu com o projeto Itacastanha, no município de Itabaiana, no agreste sergipano, que envolveu a Cooperativa dos Beneficiadores de Castanha (Coobec). Por meio da Votorantim Cimentos, o ReDes lá aportou em 2013, deixando o projeto em 2016. Nesse ínterim, ocorreu a consolidação da nova sede, além da compra de novos maquinários e equipamentos de segurança, dando melhores condições de trabalho aos cooperados. O programa proporcionou à comunidade do povoado do Carrilho autonomia no sistema de beneficiamento da castanha-de-caju por meio da mecanização, da otimização de processos, da diversificação e da padronização do produto final.

“Este apoio foi muito importante, já que eu não tinha nenhuma experiência como gestora,

mas tinha boa vontade. Eu entendia da quebra da castanha, mas nada de como fazer a gestão de um negócio. Mesmo assim, o ReDes conseguiu abrir a minha mente e me capacitar para comandar a cooperativa”, diz Maria Cristina da Silva, presidente da Coobec, que revela que aprendeu com os consultores técnicos do programa noções de prestação de contas, participação em licitações e remanejamento de recursos. “Eles até participavam e nos ajudavam nas reuniões de negócios.”

Maria Cristina, que quebrava castanha com a família no fundo do quintal de casa, também já trabalhou com serviços gerais na cozinha da prefeitura, ressaltando que esse trabalho de consultoria foi fundamental para colocar a cooperativa em um novo patamar. “A nossa produção era toda de fundo de quintal. Com as consolidações da nova sede, dos maquinários e dos equipamentos de segurança, os cooperados atuam com mais segurança em melhores condições de trabalho”, comenta ela, que trabalha com castanha-de-caju desde os sete anos de idade. Na época que foi trabalhar na prefeitura, seus seis irmãos continuaram quebrando castanha no quintal da mesma maneira: sentados no chão, sem itens de proteção, como luvas e botas, usando paus e pedras para retirar a amêndoa da castanha. “Então, meu foco sempre foi o de fazer algo para ajudar a comunidade e a vida da minha família, que sofreu muito com atravessadores no processo da castanha”, conta a presidente, que atualmente tem dois irmãos trabalhando na cooperativa. Ela conseguiu eliminar a figura do atravessador, pois hoje compra as castanhas diretamente de fornecedores de Estados que plantam o caju, como Bahia e Piauí.

Ao todo, 28 pessoas trabalham na Coobec, que registrou renda de R\$ 229 mil em 2019, conseguiu melhorar a renda média dos associados (atualmente em R\$ 700 por mês, por família) e conquistar novos mercados, como a capital Aracaju (SE). A cooperativa, que fabrica artesanalmente cerca de 2 toneladas de castanhas por mês, também passou a vender para a rede de supermercados GB Barbosa, que conta com lojas nos Estados de Sergipe, Bahia, Alagoas, Ceará e Pernambuco. Por três

anos, a cooperativa também vendeu para a rede Pão de Açúcar, como parte da iniciativa Caras do Brasil. “Estamos trabalhando para voltar a vender para a rede”.

Em 2014, o Itacastanha foi reconhecido pelo Prêmio Valores do Brasil, concedido pelo Banco do Brasil. Por isso, Cristina e outra cooperada foram até Brasília receber a honraria. “Foi uma grande satisfação poder conhecer Brasília e receber essa premiação”. Em 2017, ela foi a Lyon, na França, em uma viagem viabilizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), representar a castanha-de-caju brasileira no Sirha, uma das maiores feiras de alimentação do mundo.

FOCO EM GESTÃO E GOVERNANÇA

Para o Instituto Votorantim e o BNDES, o diferencial do ReDes é a preocupação em construir projetos de longo prazo, por meio da estruturação de um plano de negócios que oriente as cooperativas com noções de capacitação em técnica, gestão participativa, governança, produção, comercialização e apoio em pesquisa de mercado.

Ana Bonimani enfatiza que o foco do programa é em gestão e governança, contribuindo para que os negócios sejam sustentáveis ao longo do tempo. “Percebemos que não funciona apenas colocar recursos e equipamentos sem dar as condições para que essas populações tenham capacitação técnica, além de ferramentas para o processo durar mais tempo.”

Por isso, o trabalho de consultoria do ReDes é formado por uma série de ensinamentos técnicos para garantir a sustentabilidade dos negócios: implementação de plano de negócios, regularização com obtenção de licenças, logística, vigilância sanitária, organização de capital de giro, fundo de reserva, trabalho coletivo, entre outros.

Para Julio Leite, um grande diferencial do programa é a sua metodologia, que tem estrutura de governança própria, desenvolvida especialmente para o ReDes. O comitê gestor do Programa se reúne quatro vezes ao ano, contando com a presença de lideranças do Instituto Votorantim e do BNDES que, a cada encontro, discutem indicadores a fim de verificar o que está dando certo ou não.

CONFECIONANDO SONHOS

Planejamento de longo prazo é justamente o que move a Associação Intermunicipal dos Confeccionistas de Santo Antônio do Rio Preto (Confisarp), distrito do município de Mirai (MG), na região da Zona da Mata. Com o auxílio do ReDes, conseguiu traçar um plano ambicioso de longa duração.

Integrante da iniciativa desde 2018, a associação atualmente se dedica exclusivamente a serviços de fabricação [bene-

ficiamento de partes de peças de vestuário]. São 21 associadas, que vendem produtos para confecções locais, como peças voltadas a vestuário feminino e pijamas.

Com o apoio do ReDes, as confeccionistas realizaram reforma, ampliação da sede e compra de veículo, móveis, maquinários e insumos. Além disso, as mulheres têm sido capacitadas, em cursos de melhoria de processos, com o objetivo de adquirir mais competitividade na linha de produção. “A participação no projeto é um grande marco na história da associação. Tudo o que conseguimos, como a ampliação e a reforma do prédio, aquisição de máquinas e do veículo, nos possibilita trabalhar com mais qualidade e organização”, diz Hortência Oliveira, gestora interna da associação. Entre as atividades previstas pelo projeto, estão o desenvolvimento de uma pesquisa no mercado regional para orientar a produção das costureiras em relação às demandas locais, além do estudo dos métodos atuais de confecção, visando à melhoria no processo produtivo.

Em 2019, a renda da associação atingiu R\$ 26 mil e a entidade já começou a colher os frutos de toda a capacitação e o sentido de organização, com a chegada de novos clientes de vários municípios da região da Zona da Mata Mineira. A cooperativa sonha alto: uma das metas para este ano é a criação da marca própria, quando a associação passará de fabricação para confecção.

Além da consultoria técnica do programa, as associadas têm outro trunfo para o sucesso da empreitada: a localização. A cooperativa fica próxima do polo têxtil de Muriaé (MG), que movimenta mais de R\$ 230 milhões por ano com produção de cerca de 2,5 milhões de peças por mês. São aproximadamente 550 empresas formais, que empregam mais de 10,5 mil pessoas, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemig), Regional Zona da Mata. No contexto da epidemia ocasionada pelo covid-19, as confeccionistas da comunidade de Santo Antônio do Rio Preto também estão produzindo máscaras: já são 13 mil até o mês de maio.

O investimento social – na avaliação da gerente de gestão de programas do Instituto Votorantim – faz parte da trajetória histórica da companhia. O empresário Antônio Ermírio de Moraes, falecido em 2014, aos 86 anos e presidente do grupo por 28 anos, de 1973 a 2001, era conhecido pelo estilo de vida filantrópico. Presidiu o Hospital Beneficência Portuguesa por quase 40 anos, anos, financiou reformas de teatros, bancou peças, construiu escolas e ainda ajudou a criar a Orquestra Sinfônica Heliópolis, em São Paulo. Respeitado e influente porta-voz do setor produtivo, alçou a empresa à condição de uma das maiores multinacionais privadas do Brasil, hoje presente em 19 países.

&

UM PAÍS EM CIMA DO MURO



DANIEL BUARQUE

é jornalista, escritor e pesquisador no doutorado conjunto em Relações Internacionais do Brazil Institute, do King's College London, e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP).

A tentativa brasileira de construir mais prestígio internacional para o País, uma prioridade da política externa nacional, historicamente esbarra em outra postura frequente assumida pelo próprio Itamaraty. Enquanto o Brasil quer ter mais voz para se envolver em grandes questões globais, observadores externos o acusam de silenciar e ficar neutro em disputas importantes na política internacional. O contraste pode ser empecilho para as ambições globais da Nação.

Essa neutralidade é um valor da política externa brasileira e faz parte do respeito à soberania e à autonomia de outros países. Quando vista de fora, costuma frustrar diplomatas estrangeiros. Para muitos, esta postura equivale a ficar “em cima do muro”.

Esta avaliação é o resultado da análise de seis entrevistas com diplomatas britânicos (concedidas sob a condição do sigilo de seus nomes) que atuaram no Brasil nas últimas décadas, incluindo três ex-embaixadores. É uma amostra da pesquisa de doutorado desenvolvida por este autor pelo King's College London [em parceria com a Universidade de São Paulo (USP)] e publicada em artigo acadêmico na *Revista Brasileira de Política Internacional*, sob o título “A country on the fence: United Kingdom's perceptions of the status and international agenda of Brazil”.

Para diplomatas britânicos, o Brasil tem um discurso de querer ter voz global, mas aparenta nunca querer se comprometer de verdade com nenhum lado em disputas políticas entre nações. O contraste revela “uma contradição entre o que eles dizem que querem e o que fazem na prática”, segundo um dos entrevistados.

Isso é evidente no pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Grandes potências deste fórum precisam estar preparadas para tomar decisões que influenciam o mundo inteiro, e o Brasil não parece querer decidir sobre os rumos da política mundial.

A pesquisa aponta que, ao não tomar partido, o País acaba fazendo mais mal do que bem em política externa. “Se vocês querem ser potência global, uma das maiores economias do mundo e ter influência política equivalente, precisam estar preparados para tomar partido”, disse um entrevistado.

O tom mais crítico destes observadores pode ter sido influenciado pelo momento das entrevistas. Apesar de o foco da análise ser a postura histórica nacional, os depoimentos vieram a público pouco depois do envenenamento de duas pessoas de origem russa em território britânico, em 2018. O Reino Unido responsabilizou o governo russo e ficou frustrado, porque o Brasil evitou condenar a Rússia.

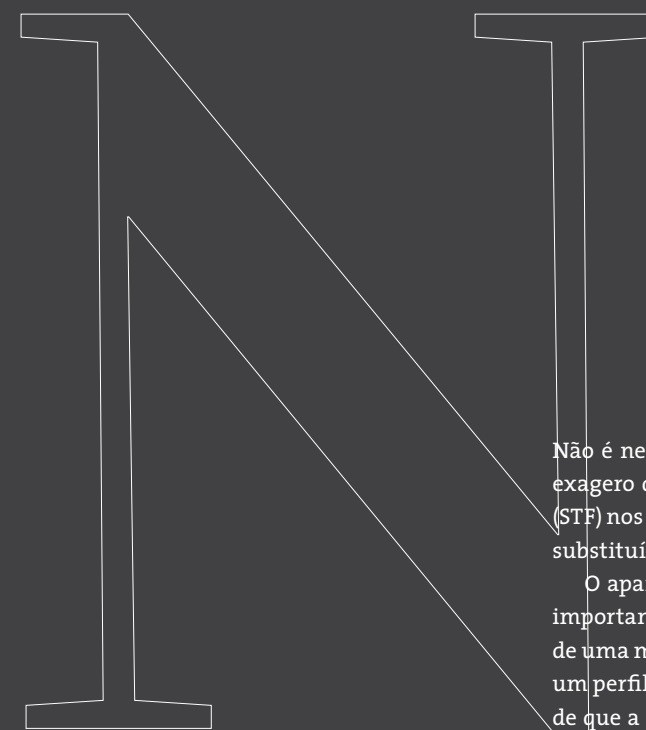
Segundo os diplomatas, o Brasil, de fato, tem muito potencial, além de forças política e econômica, “mas está sempre muito assustado, com medo de incomodar as pessoas e escolher lados. O País deveria ser um ator global mais importante do que é, mas por causa da relutância em se envolver, acaba ficando fraco.”

A avaliação desse olhar externo é uma tentativa de entender o papel do País no mundo. Por mais que a tradição nacional valorize a busca por prestígio, esse tipo de status internacional depende não apenas da capacidade interna, mas também do reconhecimento dos atores externos.

Ainda que o Brasil não precise (nem deva) “se curvar” ao que nações mais poderosas esperam, é importante entender esse olhar externo para poder desenvolver as melhores estratégias para buscar o interesse nacional na política global.

A partir do olhar britânico, a interpretação é que “o Brasil quer ser visto como um líder sem precisar realmente liderar nada”, resumiu um diplomata.

&



Não é nenhuma ruptura institucional ou revolução. É o tempo que passa sobre o exagero de politização introduzido pela composição do Supremo Tribunal Federal (STF) nos últimos anos. Bons ministros, de uma mesma posição, ensejam o desejo de substituí-los por outros bons, mas de outra opinião.

O aparecimento no horizonte do debate sobre a reeleição faz do Judiciário peça importante de um quebra-cabeça que movimentará o futuro. Ao nomear ministros de uma mesma linha de pensamento, o Supremo entrou no jogo político do País com um perfil progressista e intervencionista definido. Destampou a realidade concreta de que a reeleição do presidente pode mudar a matriz do pensamento progressista presente na sociedade, pela mudança de perfil da maioria de ministros do Supremo.

Mas é também em outro cenário do presente que o quebra-cabeça move suas peças. Com a decisão do ministro Paulo Guedes de abandonar a agitada articulação das propostas de reforma junto ao Congresso, preferindo se posicionar na retaguarda própria de um formulador isolado, se desenha uma nova estrutura na relação entre governo e o parlamento, em que o diálogo político, mais passional, ganha espaço em relação ao diálogo econômico, mais racional.

Nessa postura, existe um risco inerente, muito comum na política: o governo ficar prisioneiro da interpretação de deputados e senadores do que é relevante daquilo que é prioridade. Somado ao fato de que, no governo Bolsonaro, a Casa Civil não opera para fora do Palácio. Assim os líderes do governo na Câmara e no Senado passam a ser os principais personagens das articulações em curso.

Essa estrutura, sem Casa Civil ativa e articuladora, nasceu do hiperativismo do superministro Paulo Guedes quando se posicionou como interlocutor da face liberal de um governo nem tão liberal assim. Desde o início, o governo se ajustou à realidade, preferindo utilizar mais a Casa Civil como administradora de questões internas, estimulando a exposição do ministro Guedes na negociação com o parlamento. Assim, fazendo o papel da Casa Civil em um governo com difícil interlocução com deputados e senadores, mesmo sem muita experiência ou muito traquejo no trato congressional, se manteve firme.

Até que as políticas emergenciais voltadas ao combate ao coronavírus tiraram o contexto liberal do cenário, deixando o desgaste inevitável. Quando se organizou o Centrão para estabilizar o governo, o ministro perdeu mais espaço ainda e ao aumentar o atrito com Rodrigo Maia, o modelo entrou em crise e paralisou.

Por outro lado, desponta um cenário que pode ser mais benéfico às reformas: a conjugação de interesses comuns dentro do parlamento combinando o apoio às reformas com a sucessão das duas casas do Congresso. Se quiser o apoio do presidente da Câmara, como agregador de maioria para aprovar as reformas, o governo precisará aceitar um candidato de consenso para presidir a Casa. Se o STF realmente decidir pela não possibilidade da reeleição dos presidentes de Câmara e Senado, Maia e Davi Alcolumbre passam a ser os principais eleitores dentre os colegas.

O auxílio emergencial impulsionou a popularidade do presidente, fazendo a eleição de 2022 aparecer no horizonte, com o Judiciário como peça principal do quebra-cabeça. Se o presidente se reeleger, seis ministros do STF serão indicados por ele em oito anos. Com o avanço das bancadas militar e evangélica no Legislativo, somado à estabilização de um governo conservador por decisão das urnas, poderemos ter uma inédita mudança do padrão de costumes do País.



PAULO DELGADO

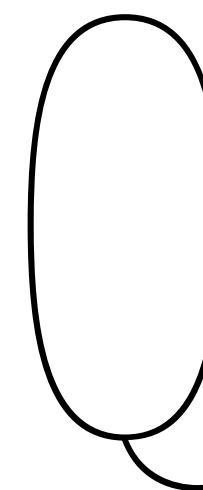
é sociólogo e copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP

&

QUEBRA-
-CABEÇA
NA POLÍTICA

A ATÍPICA ELEIÇÃO DE 2020

texto HUMBERTO DANTAS



Quando parte do discurso vindo do Poder Executivo nacional cravou a sentença “Mais Brasil, e menos Brasília” nenhuma novidade se anunciava no horizonte. Essa discussão não é nova. No livro *1889* (editora Globo Livros), Laurentino Gomes destaca que a princesa Isabel reclamava com o pai sobre a falta de recursos e a autonomia dos municípios. O rei caiu, um golpe instalou uma República chamada falsamente de “Estados Unidos” e somente nos anos 1960, do último século, assumimos o nome “República Federativa”.

O federalismo brasileiro é bastante descentralizado do ponto de vista das atribuições de seus entes em matéria de políticas públicas. Se analisarmos grande parte das obrigações do Estado nacional a partir da Constituição de 1988, é possível notar que tudo passa pelos governos municipais: educação, saúde, cultura, assistência social, habitação, trabalho, etc.

O problema central não está no capítulo das tarefas, mas na centralização do desenho de alguns programas e, principalmente, na lógica de financiamento dos entes federativos. Centralizamos demais a arrecadação de impostos ao colocá-la sob a responsabilidade da União. O dinheiro fica distante do contribuinte e concentrado em

um agente único. Num regime presidencialista, isso é ofertar poder demais a um agente; não é difícil imaginar por que a reeleição é uma tendência. Foi assim com os últimos três presidentes. E se depender dos deputados federais e senadores – que poderiam mudar essa lógica, entretanto, se beneficiam dela para manter suas bases eleitorais –, permanecerá assim por muitos anos.

A DIMENSÃO DA ELEIÇÃO MUNICIPAL

Por isso, não é de estranhar quando a opinião pública trata as eleições municipais como algo menos relevante do que os pleitos estaduais e federal. Mas será que prefeitos (as) e seus (uas) respectivos vices não merecem mais atenção? Sem dúvida, sim, bem como o Poder Legislativo precisa ser mais bem compreendido pelos cidadãos.

Neste ano, teremos eleições municipais, o maior pleito brasileiro e um dos maiores, no planeta, democrático. Existe uma nação em que meio milhão de pessoas pedem votos para mais de 110 milhões de eleitores (80% do total de 140 milhões que tradicionalmente vão às urnas) que votam num mesmo dia? As eleições dos Estados Unidos e da Índia não são simultâneas nem realizadas num só dia; a China não é democrática – e restaria esperar a Indonésia que se prepara para unificar pleitos em 2027. Assim: organizamos a eleição mais volumosa e simultânea em matéria de processo democrático. Isso não pode ser menosprezado.

As disputas locais no Brasil são realizadas sob regras relativamente homogêneas, sendo o tamanho da população e do eleitorado duas variáveis que impactam a realidade. Cidades com menos de 200 mil eleitores não têm segundo turno para o cargo de prefeito, ou seja, cerca de 98% das localidades conhecerão todos os seus eleitos em 15 de novembro. Ademais, o total de vereadores varia de acordo com a população.

De acordo com a Constituição de 1988, existia flexibilidade para as cidades decidirem o tamanho de suas câmaras respeitando intervalos bem largos. Contudo, bastou uma consulta ao

Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2004 para, em pleno ano eleitoral, a Justiça extinguir quase 10 mil vagas de vereador. À época, parte da opinião pública comemorou, dando a entender que legisladores custam caro. Na democracia, representação de menos não costuma ser bom, e quem gostou da medida ignorou o fato de que os recursos destinados aos legislativos locais também estavam determinados na Constituição, não sofrendo mudanças à época. Passaram-se quatro anos e, em 2008, com a reclamação dos políticos, o Congresso Nacional aprovou uma nova tabela determinando o porte populacional da cidade e a quantidade de vereadores, restabelecendo parte das vagas suprimidas.

Pela nova realidade, que passou a valer no pleito de 2012, mais de 80% dos parlamentos municipais ficam com um total de nove a 11 vereadores, e apenas São Paulo atinge o máximo de 55 – a Câmara paulistana é a sétima maior casa legislativa do País, com total de representantes similar ao da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

O ELEITOR VAI VOTAR?

O ano de 2020 traz uma nova regra importante: a partir de agora as coligações em eleições proporcionais são proibidas. Isso significa que alianças formais entre legendas para o pedido de votos são possíveis apenas nos pleitos para prefeito(a) e vice. A alteração é relevante, pois, em tese, poderá representar a coexistência de duas estratégias

relevantes. Os grupos políticos locais, que mandam nas realidades das mais diferentes cidades, vão concentrar seus principais nomes em uma única legenda para as vagas na Câmara? Ou os cálculos individuais de subgrupos multiplicarão as chapas para vereadores? Há quem diga que se isso ocorrer, o total de postulantes às prefeituras também tende a crescer. Assim, em janeiro deste ano estimava-se em 1 milhão o total de candidatos às quase 60 mil cadeiras nas câmaras municipais brasileiras, mas veio a pandemia.

A doença que assusta o mundo aterroriza os políticos que planejavam suas campanhas. A tradicional forma de aglomerar gente para angariar apoio tende a perder força, por mais que continue viva em muitos lugares e desafie orientações legais das autoridades de saúde. O que ocorrerá, a partir de agora, é uma incógnita a ser verificada com atenção. Podemos ter o reforço das estratégias nas redes sociais, uma renovação em massa, um uso ainda mais ilícito e indiscriminado das estruturas públicas em benefício de campanhas e toda uma sorte de elementos que darão singularidade a esse pleito. Isso porque, além de todo o cenário associado à realidade do político, a pergunta central é: em meio a uma pandemia, quantos eleitores considerarão a ida às urnas, a despeito do voto obrigatório? Pela primeira vez, corremos o risco de nos perguntarmos se o eleitor vai votar.

Outro ponto que merece atenção está associado ao financiamento. Em 2016, as disputas ocorreram quase sob segredo. O dinheiro das empresas desapareceu a partir daquele ano, fruto de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). O fundo especial para o financiamento eleitoral seria criado apenas em 2017. O impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT) estava em curso, e nos Estados Unidos o inesperado fenômeno Donald Trump ganhava corpo. Resultado: em muitos lugares, as eleições municipais foram ignoradas, sobretudo nos grandes centros. Cidades como São Paulo e Rio de Janeiro registraram recordes na soma de

A AJUDA DE JAIR BOLSONARO – QUE VOLTA A COLHER BONS RESULTADOS EM PESQUISAS DE OPINIÃO PÚBLICA – ESTÁ AUSENTE. ESTA É MAIS UMA CARACTERÍSTICA ATÍPICA DESTA ELEIÇÃO: O PRESIDENTE ESTÁ, APARENTEMENTE, FORA DO JOGO

abstenções e votos brancos e nulos, atingindo, respectivamente, 38,5% e 42,5% do eleitorado.

Mas, por quê? Pesquisas mostram que o eleitor consegue eleger prioridades sobre a realidade local. Parte do que é de responsabilidade dos prefeitos está no radar dos cidadãos: os níveis mais básicos da educação e da saúde, a organização do território urbano, o trânsito, a oferta de transporte, a cultura e o patrimônio histórico. Ademais, o eleitor sabe avaliar o trabalho de um prefeito ou prefeita. Mas a abstenção está associada ao afastamento do eleitor em relação à política como fenômeno mundial associado às crises de representação e legitimidade do voto. Os sentimentos de pertencimento e responsabilidade, quando ausentes, geram hiatos entre o universo político e a cidadania em geral.

Não à toa é preciso destinar dinheiro público para os partidos e as suas candidaturas. Falamos em cerca de R\$ 2 bilhões do fundo especial eleitoral e de mais quase R\$ 1 bilhão para o fundo partidário, sem contar os descontos tributários para as emissoras de rádio e TV transmitirem o horário eleitoral gratuito. Isso será suficiente mesmo? Certamente, não, para os padrões empregados às campanhas durante décadas no País; a esse montante somemos as doações de pessoas físicas e o autofinanciamento das candidaturas. Ainda as-

sim será difícil ver riqueza no pleito de 2020 – o que faz deste ano algo tão incerto quanto 2016.

ENLACE SEM IDEOLOGIA

Diante de todo esse cenário, o que temos em termos partidários? A relação dos partidos com as cidades é diferente das lógicas nacional e estadual. Partidos conseguem controlar, a partir de suas executivas máximas, apenas o que ocorre em algumas localidades. Assim, por exemplo, não é incomum que todo tipo de acordo se formule em torno dos mais diferentes nomes para as prefeituras. Em 2012, por exemplo, quando observadas dez importantes legendas – PT, PSB, PDT, PPS, PMDB, PSDB, PR, PTB, DEM e PP –, nenhuma deixou de estar coligada com qualquer uma das outras em, ao menos, mil cidades, das quais apenas o par formado por PT e PMDB ultrapassou 2 mil locais. A tendência é o entrelaçamento, não existindo um padrão ideológico ou de qualquer natureza que sugira organização a partir de características nacionais.

Então, o que influencia uma eleição local e o que ela é capaz de impactar? A Ciência Política consegue trazer evidências mais razoáveis na relação entre pleitos municipais e escolhas para os cargos de deputados federal e estadual. Em termos executivos, sobretudo em relação ao Palácio do Planalto, o MDB supera a marca de mil cidades conquistadas desde a década de 1980, mas nunca teve, desde a redemocratização, uma candidatura nacional competitiva. O PSDB, de 2016, conquistou os maiores colégios eleitorais do Brasil, mas,

em 2018, colheu resultado assombroso na corrida presidencial e na bancada de deputados federais.

Em contrapartida, o PSDB e o PT cresceram muito a partir do instante em que chegaram à presidência. Em 1992, os tucanos, ainda muito novos, conquistaram cerca de 300 prefeituras. Mas em 1996, com Fernando Henrique Cardoso na presidência, saltou para algo como mil. Já o PT de 2000 também foi menor e menos presente nos municípios do que a legenda de 2004 sob o comando de Lula. O esperado, a partir de tal percepção, seria perguntar: e agora? Depende.

Em meados de 2019, a pergunta era: o que Jair Bolsonaro conseguirá trazer para o PSL em matéria de prefeituras conquistadas? A legenda saiu de um deputado federal eleito, em 2014, para 52, em 2018, o que a fez um agente rico nos quinhões dos fundos públicos destinados aos partidos. A máquina federal tem peso intenso na distribuição de recursos para cidades. Tudo isso levava a crer na consolidação deste partido como um dos novos grandes. Mas o presidente não parece ter afeição à lógica municipalista. O PSL foi abandonado por ele, e o presidente governa sem filiação. Isso nunca ocorreu na história recente do País.

O PSL tem muito dinheiro e, talvez, poucos nomes de peso nos quadros locais. A ajuda do presidente – que volta a colher bons resultados em pesquisas de opinião pública – no entanto, está ausente. Esta é mais uma característica atípica desta eleição: o presidente está, aparentemente, fora do jogo. Se legendas tradicionais não estivessem em crise, os caminhos seriam conhecidos, porém, a esquerda carece de organização e identidade, a direita mais conservadora está rachada em busca de colher os louros de 2018; além disso, os gigantes do centro (PMDB e PSDB) estão com muitas cidades nas mãos para mandarem recursos escassos. E agora? Qualquer prognóstico feito para 2020 é rigorosamente idêntico às esperanças que tínhamos em fevereiro sobre a pandemia. Ficariamos 90 dias em casa e entre junho, para os otimistas, e agosto, para os pessimistas, tudo voltaria ao normal...

&

SE, EM 2016, AS NOVIDADES ERAM O FIM DO DINHEIRO EMPRESARIAL E A REDUÇÃO DO TEMPO DAS CAMPANHAS PELA METADE, AGORA TEMOS A PANDEMIA E A PROIBIÇÃO ÀS COLIGAÇÕES PROPORCIONAIS

Políticas contra mortalidade infantil



O aumento da representatividade da mulher na política brasileira reflete em uma menor taxa de mortalidade em crianças menores de cinco anos. Este impacto positivo é observado na eleição de mulheres para as prefeituras e, também, para cadeiras entre deputados – de, ao menos, 20% e 10%, respectivamente, nas assembleias legislativas estaduais e na Câmara Federal.

Os dados foram publicados em julho na revista científica internacional *Health Affairs*, que é considerada entre cientistas como “a Bíblia da política de saúde”.

O trabalho de pesquisa foi feito por profissionais de duas instituições brasileiras – a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) –, em parceria com a Universidade dos Andes (de Bogotá, na Bolívia) e com o Banco de Desenvolvimento Interamericano (de Washington DC, nos Estados Unidos). O estudo *Increases In Women's Political Representation Associated With Reductions In Child Mortality In Brazil* foi financiado pelo projeto de pesquisa Saúde Urbana na América Latina (Salurba), sendo antecedido à imprensa nacional pela Agência BORI.

Os autores chamam a atenção para o registro no País, nas duas últimas décadas, de queda significativa na mortalidade infantil. Desde o começo da década de 1990, o Brasil vem reduzindo anualmente em 4,9% a taxa de mortalidade infantil (a partir de 2016, houve um aumento nas mortes de nascidos vivos atribuído à epidemia de zika vírus).

Segundo os cientistas, a queda histórica da mortalidade infantil em território nacional foi motivada, principalmente, por investimentos substanciais em programas sociais e de atenção primária à saúde. Partindo da evidência de que as políticas femininas geralmente são mais propensas do que as masculinas a apoiar esses programas, o objetivo do trabalho foi avaliar a relação entre representatividade das mulheres na política, além da tomada de decisões para a redução de mortalidade de crianças, assim como em que medida os investimentos em programas sociais estão inseridos neste contexto.

Para analisar associações do empoderamento político das mulheres e da mortalidade infantil, os autores analisaram dados longitudinais de registros de nascidos vivos entre 2000 e 2015. Foram selecionados dados de 3.167 municípios brasileiros, de um total de 5.565.

O critério de inclusão foi ter um sistema de registro com menos de 10% de dados faltantes (as falhas nos registros de atestados de óbitos se mostraram mais frequentes nos anos iniciais do período analisado).

ESPECTRO POLÍTICO

A partir da metodologia adotada, foi possível analisar variáveis separadamente, o que incluiu o partido de cada prefeita e deputada. A constatação foi que o efeito é independente da representante eleita ser de um partido de esquerda, centro ou direita.

“Evidenciamos que a representatividade das mulheres na política, independentemente do espectro de ideologia política, reflete em maior implementação de políticas públicas sociais e das medidas que favorecem a saúde pública”, destaca Ana Clara Duran, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (Nepa), da Unicamp. Ela é uma das autoras do estudo.

De acordo com Ana Clara, as taxas de mortalidade infantil em crianças menores de cinco anos foram mantidas mesmo após ajustes na análise para a cobertura do Bolsa Família e da Estratégia de Saúde da Família – dois programas que, comprovadamente, mostraram-se responsáveis por quedas nessa taxa no Brasil. “Com isso, concluímos que embora o aumento da cobertura desses programas tenha sido importante para a queda da mortalidade infantil no País, nós podemos afirmar que a presença de mulheres no Poder Executivo local e no Poder Legislativo também impactou no resultado.”

A pesquisadora vislumbra que o resultado do trabalho possa contribuir para a diminuição da resistência das mulheres em se candidatarem e pode influenciar a decisão dos eleitores nas próximas eleições, mostrando que as mulheres não são apenas capazes, mas também mais sensibilizadas para melhorar a saúde da população.

“Acreditamos também que este estudo possa ajudar a sociedade civil a cobrar que os partidos respeitem as cotas de candidaturas femininas nas próximas eleições e invistam em suas campanhas na mesma proporção que investem em seus candidatos do sexo masculino”, deseja Ana Clara Duran.

A autora conclui que, neste momento de crise sanitária causada pandemia do covid-19, a consolidação de candidaturas femininas poderá representar um impacto real em fortalecimento, formulação e implementação de políticas públicas sociais e de saúde, essenciais para que os agravos econômicos e de saúde não afetem ainda mais a população brasileira.

Hoje, apenas 12% das prefeituras do País são comandadas por mulheres – a maioria em municípios de até 50 mil habitantes. Na Câmara Federal, a participação feminina sobe para 15%. É um número ainda baixo, mas há um avanço: nas eleições de 2018, foram escolhidas 77 deputadas federais, contra 51 em 2014. Isso representa um aumento de 50% na participação feminina.



AGÊNCIA BORI

A Agência BORI é um serviço voltado a jornalistas de todo o País. Profissionais de comunicação cadastrados na BORI encontram pesquisas de instituições brasileiras antes de sua publicação em periódicos científicos e um banco de fontes com centenas de especialistas preparados para atender à imprensa. Acesse www.abori.com.br

&

B

BRASIL: PARAÍSO RESTAURÁVEL

Livro coloca luz sobre o desequilíbrio entre homem e natureza exatamente quando uma pandemia, produto desse desequilíbrio, derruba a economia mundial de maneira que nenhum evento natural fez desde o século 16

Caldeira é o que podemos chamar de patrimônio brasileiro. Pouco mais de dois anos depois de *História da riqueza no Brasil*, o autor se lança numa parceria inter-geracional com a economista Julia Marisa Sekula e a jornalista Luana Schabib em *Brasil: paraíso restaurável*, recém-lançado pela Estação Brasil.

Do encontro, nasce uma colaboração inspiradora que combina intelectualidade a economia de forma didática, por meio de uma linguagem nada acadêmica, com um choque de realidade logo no início: novos tempos exigem novos conceitos. O novo exige um renovado modelo mental em substituição ao pensamento econômico tradicional, que coloca homem e natureza em posições antagonicas, reservando exclusivamente ao primeiro a produção de valor.

Engana-se quem pensa estar diante de um livro teórico. Recheado de mapas, poesias, gravuras e referências a literatura, sociologia, antropologia,

religião, filosofia e economia, somos conduzidos por um passeio pouco óbvio por séculos de história e por exemplos da evolução da consciência ambiental da humanidade. O caminho nos leva à constatação de que tanto o Novo Mundo como o Brasil foram assentados em valores ocidentais, que gradativamente deslocaram o lugar do misticismo e da religião originárias dos povos tradicionais – embutidos na ideia de Paraíso e na ligação indissociável entre humano e natureza –, para dar espaço a lutas políticas dos colonizadores, fazendo do acúmulo material a base deste sistema, rompendo a ligação do homem com os mundos espiritual e natural e tornando a ideia de Paraíso associada ao trabalho.

Tal forma de conceber o mundo, que fez morada nos séculos 18, 19 e 20 e atribuiu ao trabalho contínuo a fonte da felicidade, foi também a responsável por colocar o planeta numa trajetória de aquecimento, justamente por estar assentada

de forma intensiva na queima de combustíveis fósseis. Se a responsabilidade por um mundo que aquece é comum, é também diferenciada, e temos experimentado uma evolução no entendimento da necessária reconciliação entre economia e natureza. Alemanha, China e Estados Unidos são alguns dos principais responsáveis pelo enrosco do clima atual, ao mesmo tempo que também são o conjunto de países à frente da possibilidade de transição energética.

No Brasil, a ausência de combustíveis fósseis no território atribuiu à natureza a fonte de nossos problemas e, não por acaso, deu origem a um desenvolvimento econômico baseado em sua destruição, em especial com a queima das florestas nativas. Nosso imenso potencial atual, advindo das energias de biomassa, eólica e solar, que podem ser as fontes dominantes do mercado já nesta década, depende de um rompimento de nossa destruidora dependência de trajetória, que combine controle do desmatamento, adoção de metas ambientais e produção de energia renovável como nortes de nosso planejamento estratégico, além de uma revisão do papel estatal.

Para os menos otimistas, que poderiam atribuir à recessão econômica provocada pelo covid-19 o embaralhamento do xadrez da competitividade das diferentes fontes de energia, os autores afirmam que a transição de uma economia de carbono intensiva para uma de baixo carbono é uma tendência que veio para ficar. A crise de 2020 que produziu perdedores aos montes também produziu ganhadores, tendo os fundos ESG *Environmental, Social and Governance* (em português: Ambiental, social e de governança) apresentado desempenho superior ao índice médio dos mercados globais, ganhando novo impulso. Neste aspecto, adquirem importância singular, além dos agentes políticos, o mercado privado e as instituições financeiras, responsáveis por darem mais velocidade às mudanças.

O livro chega em momento curioso: coloca luz sobre o desequilíbrio entre homem e natureza exatamente quando uma nova pandemia, produto desse desequilíbrio, derruba a economia

mundial de maneira que nenhum evento natural fez desde o século 16. Ao tratar dos ventos que dão lugar aos novos tempos, é impossível não notar que chega também ao recrudescer uma visão que nega a ciência e a existência de instâncias de cooperação, capazes de dar solução a problemas globais para além dos estados nacionais.

Em pleno ano de eleição, a obra é um chamado para a ação das lideranças políticas brasileiras, também sobre o papel e a responsabilidade que elas têm na transição para uma nova economia. É sobre gestão e sobre políticas públicas, mas é principalmente sobre ambição. Só será possível que a natureza funcione como produtora de valor se os tomadores de decisão assim a encararem.

Desta que vos escreve, a imensa alegria de resenhar um livro como este. A direção-executiva da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps) me deu a oportunidade de conviver de perto com Jorge Caldeira, conselheiro da entidade.

Para alguém à frente de uma organização como a Raps, que nasceu com a convicção de que as escolhas que podem nos levar a um mundo mais sustentável são essencialmente escolhas políticas, com a missão de preparar os políticos para a agenda política do século 21 – a da sustentabilidade – o livro é um presente.

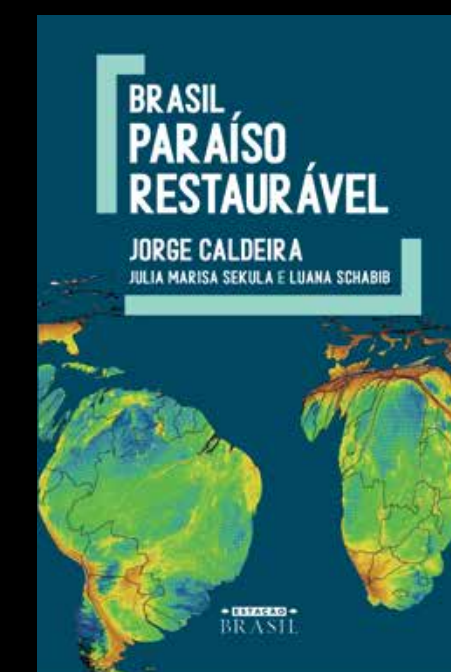
Guimarães Rosa dizia que o “Sertão: é dentro da gente”. Que *Brasil: paraíso restaurável* sirva como inspiração a gestores e legisladores, tanto os atuais como os futuros, para a necessidade de sairmos de dentro da gente – do cotidiano exaustivo da tomada de decisão – olhando para uma utopia que junte homem e natureza. Novos tempos exigem novos mapas, um resgate de antigos valores, além da capacidade de alguns de levar, a todos, adiante.

&



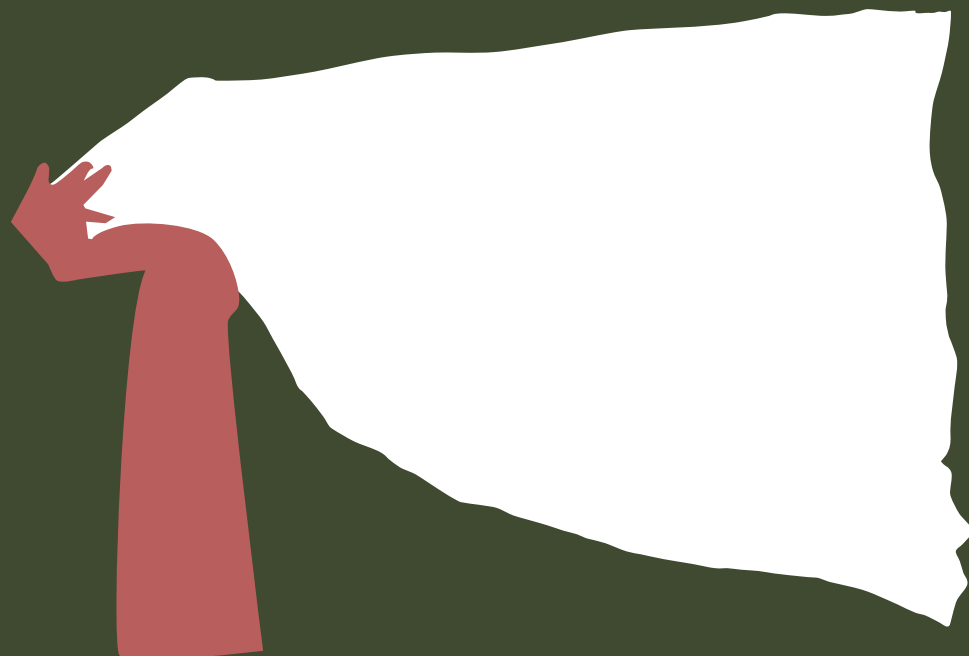
MÔNICA SODRÉ

é cientista política e diretora-executiva da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps)



A REVOLUÇÃO LIBERAL DO PORTO DE 1820

texto HERBERT CARVALHO



A

As “abomináveis ideias francesas” de liberdade, igualdade e fraternidade, espalhadas por toda a Europa pelas baionetas de Napoleão, continuavam a incomodar os regimes monárquicos absolutistas mesmo após a derrota militar definitiva do herdeiro da revolução francesa, na batalha de Waterloo.

Em Portugal – metrópole cansada de guerra, empobrecida e acéfala desde a fuga de D. João VI para o Brasil, em 1808 –, essas ideias cimentaram uma aliança entre a burguesia, os setores da aristocracia, os militares e os religiosos para produzir um episódio ocorrido há exatos 200 anos.

Registrada pela história como a Revolução Liberal do Porto, essa revolta iniciada naquela que, até hoje, é a região mais industrializada e desenvolvida do país, rapidamente chegou à capital, Lisboa, e provocou desdobramentos que atravessariam o Atlântico para impactar diretamente no processo de Independência do Brasil.

Segundo Laurentino Gomes, autor do best-seller *1808*, na manhã de 24 de agosto de 1820, tropas rebeladas reuniram-se no Campo de Santo Ovídio, no Porto, e se declararam contra o domínio inglês estabelecido dez anos antes, quando os franceses foram expulsos de Portugal.

O programa político declarado dos revoltosos centrava-se na convocação das cortes – conselho de Estado previsto no regime monárquico português que não se reunia há mais de 120 anos – e na elaboração de uma constituição liberal para o país.

No desenrolar dos acontecimentos, o marechal inglês Beresford é destituído e no seu lugar assume uma Junta de Governo, liderada pelo Sinédrio, associação secreta de inspiração maçônica que iniciara no Porto as articulações destinadas a preservar a dinastia dos Bragança, mas com poderes limitados constitucionalmente.

Outra questão crucial era a volta da Família Real, reivindicada desde 1814, quando o próprio governo inglês despachou para o Rio de Janeiro uma esquadra com essa finalidade. D. João VI não apenas recusou-se a embarcar como ainda elevou o Brasil à condição de Rei-

no Unido a Portugal e Algarves, em 1815, o que concedeu à maior colônia ultramarina portuguesa o direito de eleger deputados às cortes.

Tudo isso aumentou a insatisfação dos portugueses, relegados a um papel secundário pelas vantagens concedidas aos brasileiros e ingleses, primeiro pela abertura dos portos do Brasil, em 1808, e, depois, pelo tratado especial de comércio assinado com a Inglaterra, em 1810.

Cansada de apenas pagar a conta da corte evadida por meio de impostos cada vez mais elevados, a população da combalida metrópole (agora rebelada) pretendia a restauração do pacto colonial, com o fim das franquias comerciais. Estava aberta a temporada de atritos que culminariam com a separação entre Brasil e Portugal.

Enquanto na metrópole se tomavam medidas para suprimir a Inquisição, anistiar presos políticos e garantir liberdade de imprensa, no Rio de Janeiro, os ânimos de brasileiros e portugueses se agitavam ao sabor dos ventos revolucionários. No dia 26 de fevereiro de 1821, uma multidão exigia a presença do rei no centro da cidade para que assinasse uma constituição liberal ainda a ser elaborada. “Como devo tratar os revoltosos?”, perguntou o apavorado D. João VI a Pedro de Sousa Holstein, conde de Palmela e ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, de acordo com o relato de Laurentino Gomes. “Infelizmente, senhor, não há o que deliberar; é preciso fazer tudo quanto vos pedirem”, foi a resposta do conde.

Assim, um trêmulo monarca aparece na sacada do Paço Real e se despede de seus poderes absolutos, jurando aceitar a futura constituição. Os brasileiros, porém, queriam mais. No dia 21 de abril, aniversário do enforcamento de Tiradentes, uma reunião de eleitores do Rio de Janeiro transforma-se em protesto, com duas reivindicações: a de que D. João VI jurasse a Constituição espanhola – adotada em 1812, durante os levantes da Guerra Peninsular contra o domínio francês – e que permanecesse no Brasil, contrariando a decisão das cortes portuguesas que determinava seu regresso.

Desta vez, a monarquia reage e reprime a manifestação com violência, ao custo de 30 mortes e inúmeros feridos. “Açougue dos Braganças” – a pichação que aparece no dia seguinte no local da chacina revela o estado de espírito da população carioca na despedida do governo que ali se instalara com festas, 13 anos antes. No dia 25 de abril, D. João VI embarca para Lisboa. Deixa o príncipe D. Pedro como regente e um conselho premonitório ao primogênito: “Se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros”.

No início de 1822, chegam a Portugal os 46 deputados brasileiros, que seriam hostilizados durante os trabalhos da Assembleia Constituinte pela maioria formada por cem representantes da metrópole, decididos a rebaixar a condição política do Brasil a qualquer custo. Quando a Constituição é votada, em 15 de setembro, os brasileiros se recusam a assiná-la. Nem precisavam: uma semana antes, D. Pedro havia proclamado a Independência.

Liberdade, governo representativo e franquias constitucionais foram os legados da Revolução do Porto, que, no Brasil, até hoje, não foram completamente absorvidos.

&



Quer ver mais ciência na imprensa brasileira?

É na Agência Bori que os jornalistas buscam pesquisas científicas para suas pautas.

bori agência

A Bori é a primeira agência do país que entrega aos jornalistas exatamente o que eles precisam: pesquisas feitas por cientistas brasileiros, de qualidade, inéditas, com texto explicativo e contato de fontes para entrevistas.

Se sua instituição quer apoiar esse projeto e incentivar a cobertura jornalística baseada em evidências científicas, fale com a gente: bori@abori.com.br

abori.com.br

APÓS 15 ANOS EM CARTAZ, OS APLAUSOS SÃO PELO SUCESSO E TAMBÉM PELO ANIVERSÁRIO.

Artistas consagrados, produções marcantes, montagens emblemáticas. Dramas, comédias, musicais. Novos autores e clássicos. Em 2020, o Teatro Raul Cortez completa 15 anos de sucesso em cartaz, arrancando aplausos e conquistando sucessos de crítica e público.

A quem faz parte desta história, seja na plateia, seja em cena, seja nos bastidores, o nosso muito obrigado! Em breve, vamos fazer uma nova estreia e comemorar, juntos, com um grande espetáculo em nosso palco e as portas abertas para você.

TE
O